



# Anais da Assembléia

Nº 13

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE MARÇO DE 1993.

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo .....	Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR
PFL .....	Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT .....	Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA
PTB .....	Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB .....	Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI
PT .....	Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL .....	Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PP .....	Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA
BPI .....	Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB - 12:** Arelindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP - 10:** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL - 06:** Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nenson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT - 06:** Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João F Falavinha Iensen; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB - 01:** Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE - 07:** Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Lourenço Fregoneze - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto - Secretário da Justiça e da Cidadania

(\*) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

Ato da Presidência:

RESOLUÇÃO N° 001/93

DATA: 09.03.93

SÚMULA: Aprova a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao Exercício Financeiro de 1990.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná aprovou e eu promulgo, nos termos do artigo 73 da Constituição Estadual combinado com o artigo 123 do Regimento Interno, a seguinte resolução:

Art.1° - Fica aprovada a Prestação de Contas do Governo do Estado do Paraná, referente ao Exercício Financeiro 1990.

Art.2° - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio XIX de Dezembro, em 09.03.93

(a) ORLANDO PESSUTI - Presidente

3.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.ª LEGISLATURA  
ATA DA 10.ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 1993  
(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Oswaldo Trevisan e Luiz Carlos Alborghetti.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, José Artur Ritti, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (51). Achanto-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: Carlos Simões, Ernani Pudell e Luiz Henrique Bona Turra (03).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Curitiba, quarta, em 10.03.93

O SR. 2° SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, requero chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Mesa defere e procederá a chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. NILTON BARBOSA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, peço que suspenda a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Está em votação a Ata. **Aprovada.**

O SR. 1° SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Ofícios:

RESPOSTA À QUESTÃO DE ORDEM FORMULADA PELA BANCADA DO PT, EM DATA DE 03 DE MARÇO DE 1993, PROTOCOLADA SOB N° 000153.

Os Deputados do PT, através de questão de ordem, exigem o cumprimento do Art. 13, do Regimento Interno, alegando o desrespeito a tal norma, quando a Mesa acatou a constituição de um bloco parlamentar independente. Alegam ainda infringência do caput do referido artigo e do parágrafo único do Art. 14 do Regimento Interno e, ainda, da inconstitucionalidade do ato, face à disposição do Art. 62, da Constituição Estadual.

Passo a decidir:

O Bloco Parlamentar Independente foi constituído mediante requerimento apresentado por sete (07) Senhores Deputados, sob n° 2.162, que mereceu despacho da Presidência, considerando-o como recebido e declarando constituído o Bloco Parlamentar, em data de 12 de janeiro do corrente ano, sendo tudo devidamente publicado no Diário da Assembléia n° 202, da mesma data citada.

Não merecendo o ato ora inquinado de ilegal qualquer reparo oportuno, entende esta Presidência em considerá-lo perfeito,

declarando portanto a questão de ordem como improcedente, por versar matéria vencida.

Registre-se a decisão.

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

RESPOSTA À QUESTÃO DE ORDEM FORMULADA PELA BANCADA DO PT, EM DATA DE 03 DE MARÇO DE 1993, PROTOCOLADA SOB N° 000152.

Os Deputados do PT, através de questão de ordem, exigem o cumprimento do Art. 94, § 1º, do Regimento Interno, alegando o desrespeito a tal norma durante a presente Legislatura.

Passo a decidir:

Esta Presidência não entende como procedente a questão de ordem ora formulada, tendo em vista a precocidade da avaliação que embasa o referido questionamento, ao tempo em que considera que, não existindo disposições regimentais em contrário, todas as matérias apropriadamente relatadas e em condições de entrar na Ordem do Dia poderão passar pela pauta.

Registre-se a decisão.

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### Requerimentos:

##### REQUERIMENTO N° 253

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, sejam ressarcidas todas as despesas de viagens havidas pelos Deputados Estaduais componentes da Comissão Especial do MERCOSUL, desde que as mesmas sejam realizadas com o objetivo de tratarem de assuntos atinentes ao MERCOSUL.

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a) MÁRIO BEZERRA

#### JUSTIFICATIVA:

O processo de implantação do MERCOSUL é complexo, exigindo contatos permanentes com instituições e governos de vários Estados, necessitando a Comissão Parlamentar Especial de estreitar relacionamento com os órgãos envolvidos, a fim de colher subsídios e informações para melhor cumprir a missão para a qual foi designada.

##### REQUERIMENTO N° 266

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER votação em bloco para as Proposições n°s 70, 71, 72, 73 e 74/92, constantes da Ordem do Dia da presente sessão.

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a) LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

Apoiamento: Algaci Túlio, Erondy Silvério, Renato Adur, Doutor Rosinha,

Plauto Miró Guimarães, Nilton Barbosa e Colombino Grassano.

##### REQUERIMENTO N° 267

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a constituição de uma Comissão Especial Externa Pró-Presidencialista, composta por 02 (dois) membros de cada partido, que aderir ao movimento, incluindo mais 02 membros do Bloco Parlamentar Independente, com a finalidade de coordenar e promover campanhas de esclarecimento público pelo sistema de governo presidencialista, através de simpósios, debates, meios de comunicação social e outros, com vistas ao plebiscito marcado para o dia 21 de abril próximo presente, pelo prazo de 45 (quarenta e cinco) dias.

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a) NEIVO BERALDIN

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Túlio, Cleiton Kielse, Carlos Simões, Lourenço Fregonese, Djalma de Almeida César, Mário Bezerra, Júlio Bifon, Luiz Antônio Setti, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, José Alves, Costenaro Neto, Ademar Traiano, Plauto Miró Guimarães, Nilton Barbosa e Colombino Grassano. Nereu Alvez Moura, Domingos Carvalho, Edson Silva Lino, Emilia Belinati, Colombino Grassano, Duílio Genari, Luiz Carlos Zuk, José Arthur Ritti, Namir Piacentini, Luiz Carlos Martins, Nelson Justus, Élio Rusch, Paulo Maia, João Iensen, Oswaldo Trevisan, Eurides Moura, e um ilegível.

#### JUSTIFICATIVA:

Num momento em que os debates sobre a forma e os sistemas de governo percorrem o País, é preciso fazer com que as discussões se aproximem cada vez mais da população brasileira, que é quem efetivamente decidirá no plebiscito de 21 de abril. Os parlamentares estaduais têm uma função essencial nessa aproximação, levando o debate para suas regiões e assumindo para si a condução dessa questão como legítimos representantes da população.

O significativo número de assinaturas colhido nesta Casa mostra que os Deputados Estaduais Paranaenses têm posições bem definidas e pretendem defender suas idéias nesse momento decisivo da história nacional.

A Frente Parlamentar Presidencialista assume, dessa forma, a idéia do presidencialismo como vital para a resolução das crises que assolam o País. Nos moldes das frentes já formadas em Santa Catarina e Rio Grande do Sul, na forma de Comissão Especial Externa, essa frente pretende promover debates, simpósios e encontros visando o esclarecimento da população e a

defesa de suas idéias. Acreditamos que os membros dessa Casa têm um papel muito importante a desempenhar nesse momento histórico do País.

Conto com o apoio dos nobres Pares dessa Casa de Leis.

REQUERIMENTO N° 274

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o Plenário seja registrado votos de louvor pelos 50 anos de fundação do BRADESCO, com sede na Cidade de São Paulo.

Ao homenagear a instituição de crédito, as vistas se voltam ao seu fundador, Amador Aguiar, cuja recordação, pois já falecido, se liga ao desenvolvimento do Paraná de forma indelével.

Ligar a memória do Paraná a Amador Aguiar é simples exercício de lembrança.

Fundado inicialmente no Estado de São Paulo, mais propriamente na Cidade de Marília, na perseverança, idealismo e trabalho permanente de seu criador, a obra BRADESCO espraia-se por todas as regiões do Paraná, notadamente nos nortes Velho, Novo e Novíssimo para depois alcançar os rincões mais longínquos do nosso Estado, como também em todo território nacional.

É o maior banco privado da América do Sul.

Seu patrimônio é inestimável e no seio da organização abriga acionistas internacionais que acreditam na sua pujança.

Mantém um corpo de 80 mil funcionários e participa de 22 empresas privadas.

Seus diretores a exemplo do honrado cidadão e diretor Antonio Bornia - vieram e vem dos seus quadros mais baixos e pela dedicação e devotamento ao ideal de Amador Aguiar, que os reconhecia como seguidores, alcançaram a posição que hoje desfrutam.

Da homenagem que prestamos a organização, seus fundadores e atuais diretores, requeremos que seja dada ciência ao Ilustríssimo Senhor Diretor Presidente Lázaro Brandão, na sede do BRADESCO, em São Paulo.

Sala das Sessões, em 10.03.93

(a) COLOMBINO GRASSANO

REQUERIMENTO N° 248

Senhor Presidente.

Há 50 anos, precisamente a 12 de março de 1943, as preocupantes questões sociais e o espírito humanitário de destacados homens de empresa do Brasil determinaram a instalação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI no Paraná.

Inspirado nos elevados propósitos de garantir e estimular o apredizado industrial entre os trabalhadores do País, no Paraná, em especial, essa respeitável En-

tidade, tem disseminado por vários pontos do nosso território, não só valiosas instalações físicas, mas, principalmente, um profundo trabalho de aproveitamento de mão-de-obra especializada.

Durante estes 50 anos de Paraná, mais de 1,2 milhões de alunos frequentaram suas salas de aula e oficinas especializadas. Atualmente o Senai tem quarenta unidades operacionais no Estado e mais de 126 mil alunos matriculados em quatorze cursos.

Em cada setor de trabalho, o SENAI coloca na vanguarda, como princípio fundamental, o seu exemplar respeito pelo bem-estar do trabalhador do Paraná.

Depoimentos importantes, de vozes desvinculadas do SENAI, têm reconhecido a eficiência com que vem funcionando nesses 50 anos essa Entidade que tem sido com justiça, exaltada pelos resultados já comprovados.

No Paraná, a partir de sua fundação até os difíceis dias atuais, o SENAI tem cumprido de forma elogiável a sua tarefa de assistir os nossos trabalhadores, tornando-se assim, em um justo motivo de orgulho para os nossos conterrâneos, pois sua expansão é prova inequívoca da massa empreendedora dos filhos do Paraná.

Nesta manifestação em que homenageamos o SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZAGEM INDUSTRIAL - SENAI, queremos fazê-lo por intermédio do Diretor Regional, Doutor Ito Vieira, certos de que esta Casa está rendendo justas homenagens a todos os que, ao longo do tempo, souberam consolidar esta magnífica obra.

É o requerimento, apresentado na forma regimental e do qual solicito sejam cientificados os:

Diretor Regional/Pr.

Dr. Ito Vieira

Rua Chile, 1678 - Curitiba/Pr

Cep 80220-181

Diretor Nacional

Dr. Alexandre Figueira Rodrigues

Rua Nilo Peçanha, 50 - 29° andar

Rio de Janeiro/RJ

Sala das Sessões, em 10.03.93

(a) JOÃO PREIS

REQUERIMENTO N° 273

Senhor Presidente.

Os Deputados subscritores do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, seja comunicado à Polícia Militar do Estado do Paraná, o presente voto de solidariedade em razão do assassinato de três policiais militares, no recente episódio ocorrido em Campo Bonito. Requerem, outrossim, que da decisão deste Plenário seja dada ciência às viúvas dos policiais vitimados.

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(aa) ANTÔNIO ANNIBELLI, NILTON BARBOSA, LUIZ CARLOS ALBORGHI, NEREU ALVES DE MOURA, RENATO ADER, DOMINGOS CARVALHO, EURIDES MOURA, DUÍLIO GENARI, e DJALMA DE ALMEIDA CÉSAR.

#### REQUERIMENTO N° 249

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à MESA, após ouvido o Plenário, encaminhamento de solicitação oficial ao Excelentíssimo Senhor Doutor Roberto Requião, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, ao Excelentíssimo Senhor Adhail Sprenger Passos, Digníssimo Secretário de Estado de Ensino Superior, Ciência e Tecnologia e ao Magnífico Reitor da Universidade Estadual de Maringá - UEM, Doutor Décio Sperandio, encarecendo medidas que possibilitem a criação e implantação do Curso de Comunicação Social na Universidade Estadual de Maringá - UEM.

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a) JOÃO PREIS

#### JUSTIFICATIVA:

Bem sabemos que a implantação de novos cursos é tarefa fácil. Requer trabalho, esforço e muita persistência.

É vital nesse momento, dar continuidade ao esforço da Comunidade, na luta para que todas as condições sejam dadas aos estudantes Maringaenses e da Região, para que o Noroeste do Estado ingresse de fato em nova fase de desenvolvimento do sistema educacional.

Educação é investimento no País, o mais produtivo dos investimentos e, de caráter permanente para o indivíduo e para a sociedade.

#### REQUERIMENTO N° 261

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, oficialiar ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Mui Digníssimo Secretário de Estado da Segurança Pública, solicitando que seja destinado à 15.<sup>a</sup> Subdivisão Policial de Cornélio Procópio, viaturas policiais para atender a demanda daquela repartição pública, responsável pela segurança do cidadão procopense.

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

#### JUSTIFICATIVA:

A Subdivisão de Cornélio Procópio, presta serviços pertinentes ao seu ofício na maioria dos municípios periféricos, além do município sede.

A estrutura funcional da repartição é péssima, além da falta de viaturas, não há cadeia pública e prédio para delegacia po-

licial.

Esperamos que, o Senhor Secretário de Segurança, viabilize o funcionamento e atendimento pleno da sub-divisional.

#### REQUERIMENTO N° 262

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, oficialiar ao Excelentíssimo Senhor José Moacir Favetti, Mui Digníssimo Secretário de Estado da Segurança, solicitando informações sobre a construção da Delegacia de Polícia de Cornélio Procópio.

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

#### JUSTIFICATIVA:

O nosso pedido de informações sobre a construção da Delegacia de Polícia de Cornélio Procópio, está condicionado ao des- caso do DECON pela obra.

Esse projeto vem rolando há um (1) ano nos vários setores técnicos deste órgão.

Não temos onde acomodar as instalações do organismo policial, as atuais são precárias e constrangedoras.

Esperamos que o Senhor Secretário de Segurança determine a licitação e, consequentemente, o início das obras.

#### REQUERIMENTO N° 263

Senhor Presidente.

O Deputado que a presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvida a augusta Casa, oficialiar ao Ilustríssimo Senhor Stênio Jacob, Mui Digníssimo Diretor Presidente da SANEPAR, solicitando a viabilização da construção da Estação de Tratamento de Esgoto - Ribeirão São Luiz, em Cornélio Procópio.

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

#### JUSTIFICATIVA:

A Estação de Tratamento de Esgoto Ribeirão São Luiz, em Cornélio Procópio, é uma obra de saneamento importante no contexto sanitário.

Sua conclusão melhorará o nível de vida e saúde dos procopenses.

#### REQUERIMENTO N° 264

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais REQUER, ouvido o douto Plenário, oficialiar ao Senhor Mário Yoshio Tookuni, Diretor Geral do Departamento Estadual de Construção, Obras e Manutenção - DECON, solicitando informações sobre o projeto de Construção da Delegacia de Polícia de Cornélio Procópio e abrir, com urgência, licitação para a obra.

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a) OSWALDO TREVISAN

#### JUSTIFICATIVA:

O projeto da Delegacia de Polícia de Cornélio Procópio acha-se emperrado no DECOM. Sua área técnica tem tratado com descaso tão importante obra.

Esperamos que o Senhor Diretor Geral do DECOM, dê prosseguimento com urgência ao nosso pedido que está sendo reclamado pela sociedade do município.

REQUERIMENTO N° 276

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício aos Excelentíssimos Senhores Governador do Estado, Dr. Roberto Requião, e Secretário de Segurança Pública do Paraná, Dr. José Moacir Favetti, solicitando o afastamento das forças policiais militares dos trabalhos de investigações das responsabilidades nos lamentáveis episódios ocorridos na desocupação da Fazenda Santana, no Município de Campo Bonito, neste Estado.

Sala das Sessões, em 10.03.93

(a) ALGACI TÚLIO

Of. n° 018/93-GP

Senhor Secretário:

Cumprimentando-o, cordialmente, venho à S. Excelência expor e solicitar o que se segue:

Tenho em vista a gravidade dos fatos relacionados à desocupação da Fazenda Santana, no Município de Campo Bonito, neste Estado, que implicaram já na morte de três policiais militares e do líder dos invasores, que resistiu à prisão, entende-se que seria de melhor alvitre o afastamento das forças policiais militares do trabalho de investigação das responsabilidades nos episódios.

Essa solicitação vai de encontro à própria competência dos organismos policiais para garantia da segurança pública, incumbindo sim, à Polícia Civil as atividades de investigação para indiciamento por crimes contra a vida e a propriedade.

Certo de que essa providência viria a colaborar para um maior êxito nos trabalhos da própria polícia, cooperando indiscutivelmente para a amenização dos acirrados ânimos na localidade em questão, afastando inclusive a hipótese de novos episódios lamentáveis, confiamos nas suas diligentes ações para atendimento ao supra-solicitado.

Na oportunidade, renovo-lhe protestos de elevada estima e distinto apreço.

Atenciosamente,

(a) ALGACI TÚLIO

Deputado Estadual

REQUERIMENTO N° 252

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, seja encaminhado o expediente ao Exmo. Sr. Secretário dos Transportes, objetivando o início do asfaltamento do trecho ligando o Município de Imbituva a Irati.

O presente fundamenta-se na efetiva necessidade, de garantir àqueles Municípios, condições viárias de poderem escoar as suas produções agrícolas.

Sendo assim, este parlamentar aguarda as devidas providências.

Sala das Sessões, em 10.03.93

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N° 254

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja autorizado a liberação de recursos financeiros para a construção de unidades de escolas oficinas no Município de Umuarama.

Sala das Sessões, em 10.03.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Oficina sugere uma proposta de trabalho educativo e pedagógico mais próximo da realidade e das necessidades das crianças e dos adolescentes do campo, na certeza de que a escola pública assuma suas funções sociais.

Neste sentido, tem como principal proposta pedagógica o trabalho com adolescentes vitimizados, a fim de profissionalizá-los e de resgatar seus direitos de cidadãos e pessoas em desenvolvimento.

Com este objetivo, requeiro recursos financeiros para que seja construído tão importante obra no Município.

REQUERIMENTO N° 255

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscrive no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Roberto Requião de Mello e Silva, Digníssimo Governador do Estado do Paraná, no sentido de que seja autorizado a liberação de recursos financeiros para a construção de unidade de escolas oficinas no Município de Iporã.

Sala das Sessões, em 10.03.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A Escola Oficina sugere uma proposta de trabalho educativo e pedagógico mais próximo da realidade e das necessidades

das crianças e dos adolescentes do campo, na certeza de que a escola pública assuma suas funções sociais.

Neste sentido, tem como principal proposta pedagógica o trabalho com adolescentes vitimizados, a fim de profissionalizá-los e de resgatar seus direitos de cidadãos e pessoas em desenvolvimento.

Com este objetivo, requero recursos financeiros para que seja construído tão importante obra no Município.

REQUERIMENTO N° 256

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Doutor Nizan Pereira de Almeida, Digníssimo Secretário de Estado da Saúde, solicitando a construção em caráter emergencial de um Posto de Saúde na sede do Município de Cafezal do Sul.

Sala das Sessões, em 10.03.93

(a) NELSON GARCIA

REQUERIMENTO N° 257

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Senhor Osmar Dias, Digníssimo Secretário de Estado da Agricultura e do Abastecimento, no sentido de que seja determinado a viabilização da assinatura do Termo de Cooperação Técnica entre o Município de Engenheiro Beltrão e a SEAB.

Sala das Sessões, em 10.03.93

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

REQUERIMENTO N° 258

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, RE-

suas aposentadorias especiais.

Ocorre que, no ano passado, diante de mais de 400 pedidos de concessão dessas aposentadorias, a Secretaria da Administração solicitou à Procuradoria Geral do Estado esclarecimentos quanto a correta definição do que seja "efetivo exercício em funções magisteriais".

No mês de outubro daquele ano foi respondido o consultado através do Parecer de n° 207/92, esclarecendo todas as situações levantadas, lembrando ainda que dez anos atrás a mesma questão era discutida, sendo que um parecer da mesma Procuradoria já dava solução para as mesmas questões.

Ainda que diante dessas idênticas en-

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A proposta de parceria entre o Governo do Estado e os Municípios paranaenses é, sem dúvida o caminho melhor encontrado para administração pública resolver seus problemas.

Uma dessas parcerias é o Programa de Apoio a Abatedouros Municipais que a SEAB, tem levado à Prefeitura as quais beneficiam a população residente, especialmente as mais carentes, pois reduz sensivelmente o custo da carne e oferece garantia e segurança na qualidade da alimentação consumida.

REQUERIMENTO N° 259

Senhor Presidente.

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente oficial da Casa ao Governador do Estado, Senhor Roberto Requião, ao Secretário da Educação, Senhor Elias Abrahão e ao Secretário da Administração, Senhor Luís Gastão, solicitando que seja solucionada a questão da Aposentadoria Especial que se encontra sem definição desde meados do ano passado.

Sala das Sessões, 10.03.93

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Luiz Carlos Alborghetti, Ovídio Constantino, Mário Bezerra, Colombino Grassano e Lourenço Fregonese.

JUSTIFICATIVA:

A presente proposição visa cobrar do Governo Estadual solução para o problema que os professores paranaenses vêm enfrentando quanto a definição da concessão de suas aposentadorias especiais.

Ocorre que, no ano passado, diante de mais de 400 pedidos de concessão dessas aposentadorias, a Secretaria de Administração solicitou à Procuradoria Geral do Estado esclarecimentos quanto a correta definição do que seja "efetivo exercício em funções magisteriais".

No mês de outubro daquele ano foi respondido o consultado através do Parecer de n° 207/92, esclarecendo todas as situações levantadas, lembrando ainda que dez anos atrás a mesma questão era discutida, sendo que um parecer da mesma Procuradoria já dava solução para as mesmas questões.

Ainda que diante desses idênticos entendimentos, que consideramos muito bem fundamentados e definidores da matéria, o Governo Estadual mantém os processos parados e os professores sem definição de sua situação.

Sem entrarmos na vinculação de um parecer da PGE às decisões da Administração Pública, insistimos que o problema deve ser solucionado, pois se não for assim o magistério público paranaense nunca terá



uma definitiva solução para a questão das aposentadorias especiais.

Acatar o Parecer n° 207/92-PGE é decisão essencial e urgente.

REQUERIMENTO N° 260

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário o envio de expediente ao Deputado Federal CHAFIC FARHAT cumprimentando-o pelo lançamento da Frente Parlamentar de Saúde.

Sala das Sessões, em 10.03.93

(a) LOURENÇO FREGONESE

JUSTIFICATIVA:

A Frente Parlamentar de Saúde é um movimento suprapartidário, de iniciativa do Deputado Federal Chafic Farhat, aberto à participação de Parlamentares de todos os Partidos Políticos e tendências ideológicas que, em comum, entendem a saúde como o bem mais precioso da vida, direito social inalienável e responsabilidade maior do Estado e propõe a trabalhar, solidária e coordenadamente, para transformar estes preceitos doutrinários e constitucionais em realidade viva e concreta do povo brasileiro, onde nesse particular teremos também os resultados no Paraná, num esforço conjugado entre povo e Estado.

REQUERIMENTO N° 270

Senhor Presidente.

Os Deputados que este subscrevem, no exercício de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, o envio de expediente aos Excelentíssimos Senhores, Presidente da República Itamar Franco; Ministro da Indústria do Comércio e do Turismo Senador José Eduardo de Andrade Vieira; Ministro da Agricultura, Deputado Lázaro Ferreira Barbosa; Ministro da Fazenda, Eliseu Resende; Presidente da Câmara Federal, Inocêncio de Oliveira; Presidente do Senado Federal, Mauro Renedes e Presidente da Comissão de Agricultura da Câmara Federal, respectivamente, solicitando seja implantada, imediatamente, tributação compensatória de 15% sobre o algodão em pluma importado.

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(aa) SEVERINO FÉLIX

RENATO ADUR

HERMAS BRANDÃO

COSTENARO NETO

COLOMBINO GRASSANO

JUSTIFICATIVA:

A cotonicultura tem sua grande importância como fonte de produção de riqueza, notadamente pela geração de empregos (120.000 empregos/mês/8 meses ano somente no Paraná). Isto se comparado com a geração de empregos no setor industrial, significa dizer que o desenvolvimento e o in-

cremento da produção agrícola gera empregos em número muito mais elevado, razão pela qual se justifica que o governo dê atenção especial a este importante setor produtivo.

Hoje já está entrando algodão pluma importado da Rússia pelo Brasil. Isto está ocorrendo hoje em Andirá e preocupa-nos o fato de que em se continuar esta prática, venha haver profundo desestímulo à cotonicultura paranaense, que não consegue competir com o produto importado que entra no País com preços cerca de 20% mais barato que o aqui produzido.

REQUERIMENTO N° 251

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de pedido de informação ao Senhor Odenir Colombo, diretor-presidente da Fundação Rádio e Televisão Educativa, solicitando:

1. Cópia de todos os contratos para prestação de serviços assinados.
2. Cópia dos recibos de pagamento destes contratos.
3. Cópia completa da licitação feita para a compra de antenas parabólicas (especificações técnicas, contestações, se houverem, etc.).

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a) DOUTOR ROSINHA

REQUERIMENTO N° 275

Senhor Presidente.

O Deputado autor do presente, adiante subscrito, REQUER, na forma regimental, após ouvido o douto Plenário, com fulcro nos dispositivos constitucionais, o envio à Secretaria de Estado da Educação do seguinte,

PEDIDO DE INFORMAÇÕES

I - Qual a justificativa da SEED para a desativação das atividades da Escola Estadual John Kennedy, nesta Capital?

II - Quando a decisão da desativação foi tomada e qual o respaldo legal do ato? (enviar cópia da documentação).

III - Quais os procedimentos adotados pela SEED para reaproveitamento do pessoal administrativo, professores e técnicos pedagógicos remanescentes da referida escola?

IV - Qual a destinação a ser dada à referida escola?

V - Qual o número de alunos atendidos pela escola nos últimos cinco anos (com detalhamento para turnos e séries)?

VI - Qual o quadro de pessoal integrante da escola até a sua desativação?

VII - Em caso de desativação para procedimento de reparo físico, responder:

VII.a - Qual o prazo para realização



das obras e previsão de entrega à comunidade?

VII.b - Quais os procedimentos administrativos adotados para a realização das obras (envio de documentos relativos ao quesito)?

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a) ALGACI TÚLIO

#### JUSTIFICATIVA:

Um dos maiores problemas da educação brasileira é a falta de espaço físico adequado com pessoal e material para atendimento à população escolar. Todos os anos é possível verificar o drama de milhares de famílias em busca de uma vaga nas escolas públicas. Nesses períodos há uma expectativa dolorosa de que crianças possam deixar de freqüentar os bancos escolares por falta de vagas.

Nesse quadro é preocupante verificar a denúncia da comunidade de desativação de um espaço escolar. O problema agrava-se diante do fato de depredação do patrimônio público inativo, pela ação de vândalos desconhecidos dos prejuízos perpetrados contra a sociedade.

Esta situação está sendo verificada na Escola Estadual John Kennedy, situada na Rua Fábio de Souza, na Vila Izabel, nesta Capital. Segundo informações da comunidade, o estabelecimento foi desativado em novembro de 1992 sem que qualquer esclarecimento fosse prestado sobre a justificativa do ato.

Certo de que a ação tem sua razão, aguardamos o pronunciamento da Secretaria Estadual da Educação sobre os quesitos apresentados, fundamentados na preocupação com o patrimônio público e com os interesses da coletividade.

#### Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI N° 060-93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam isentas em 50% do pagamento da Taxa de Consumo de Água, as Entidades Religiosas de Utilidade Pública sem fins lucrativos.

Art. 2° - A entidade, para ter direito ao desconto deverá::

I - Estar constituída juridicamente a mais de 10 (dez) anos no Estado do Paraná.

II - Ser reconhecida de Utilidade Pública Municipal ou Estadual.

III - Estar rigorosamente em dia com todas as obrigações sociais, municipal, estadual e federal.

Art. 3° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas todas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a) JOÃO IENSEN

#### JUSTIFICATIVA:

O presente plano de lei, tem como objetivo beneficiar, com este desconto, as Entidades Religiosas de Utilidade Pública, com o intuito de diminuir um pouco a carga tributária que pesa sobre estas instituições, tendo em vista que são organizações que prestam valiosos serviços à comunidade, através de suas várias atividades sociais. Facilitando com isso, o aproveitamento de suas receitas em benefício da própria comunidade.

PROJETO DE LEI N° 061-93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Ficam isentas em 50% do pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores - IPVA -, as entidades religiosas de Utilidade Pública.

Parágrafo Único - Este dispositivo somente se aplica as Entidades que preencherem os seguintes requisitos:

I - Estar constituída juridicamente a mais de 10 (dez) anos no Estado do Paraná.

II - Comprovar o reconhecimento como Entidade de Utilidade Pública Municipal e Estadual.

III - Estar rigorosamente em dia com todas as suas obrigações sociais junto ao Município, ao Estado e à Nação.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a) JOÃO IENSEN

#### JUSTIFICATIVA:

O presente projeto de lei, objetiva beneficiar estas entidades religiosas de utilidade pública, com o intuito de diminuir a carga tributária que pesa sobre elas, tendo em vista que são organizações religiosas, e que através de suas inúmeras atividades sociais prestam valiosos serviços à Comunidade.

Deste modo, pedimos a colaboração dos nobres colegas, para aprovação deste projeto de elevadíssimo cunho social.

PROJETO DE LEI N° 062-93  
A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

#### D E C R E T A:

Art. 1° - Fica criado o município de Espigão Alto do Iguaçu, "ad referendum" do resultado do plebiscito, com território desmembrado do município de Quedas do Iguaçu, sede na localidade do mesmo nome, e com as seguintes divisas:

"Começa no rio Iguaçu, na foz do rio Campo Novo, sobe por este até a foz do córrego Engano, pelo qual sobe até a sua nascente, de onde alcança, por uma linha seca e reta, o cruzamento da estrada Ser-

raria das Formigas - Quedas do Iguaçu, com uma estrada vicinal, seguindo pela estrada sentido Quedas do Iguaçu, até alcançar outro cruzamento com a estrada que vai até o rio Formigas, deste cruzamento segue por uma linha seca e reta até o rio Campo Novo, na foz do córrego dos Porcos, subindo por este e depois pelo primeiro afluente a margem direita até a estrada para Alto Alegre, segue por esta até o cruzamento com uma estrada vicinal, seguindo por esta estrada vicinal até alcançar, por uma linha seca e reta sentido Leste / Oeste a nascente do córrego Canhadão, pelo qual desce até sua foz no córrego Marreco, desce por este até sua foz no rio mato Queimado, sobe por este até o afluente a margem direita, o qual faz parte da divisa distrital de Mato Queimado, sobre este afluente até sua cabeceira e segue pelo divisor dos rios Guarani e Mato Queimado até alcançar a nascente do córrego Laranjal, desce este até sua foz no rio Guarani, sobe por este até a foz do rio Jacutinga, segue por este até alcançar a foz com o rio da União, desce por este até a foz com o rio das Cobras, desce por este até atingir a foz com o rio Iguaçu, segue pelo rio Iguaçu até a foz com o rio Campo Novo, ponto de partida."

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.93.

(a) NEREU MOURA

PROJETO DE LEI N° 063/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O volume de água residuária ou servida será avaliado com base no consumo de água do mesmo usuário, sob a forma de "tarifa de esgoto".

Parágrafo Único - Aplicar-se-á "tarifa de esgoto" somente para a denominada economia residencial, seguindo os seguintes percentuais:

I - 20% (vinte por cento) sobre a tarifa de água, para usuários com gasto mensal de até 10m<sup>3</sup> (dez metros cúbicos) de água.

II - 40% (quarenta por cento) sobre a tarifa de água, para usuários com gasto mensal de 10m<sup>3</sup> (dez metros cúbicos) até 15m<sup>3</sup> (quinze metros cúbicos) de água.

III - 60% (sessenta por cento) sobre a tarifa de água, para usuários com gasto mensal de 15m<sup>3</sup> (quinze metros cúbicos) até 20m<sup>3</sup> (vinte metros cúbicos) de água.

IV - 80% (oitenta por cento) sobre a tarifa de água, para usuários com gasto mensal superior a 20m<sup>3</sup> (vinte metros cúbicos) de água.

Art. 2° - Esta lei entrará em vigor na

Curitiba, quarta, em 10.03.93

data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.93

(a) DUÍLIO GENARI

JUSTIFICATIVA:

O projeto de lei que ora apresentamos tem por objetivo fixar a tarifa de esgoto cobrada pela SANEPAR, tornando-a mais justa, pois leva em consideração o consumo dos usuários.

Diante destas considerações, esperamos contar com apoio dos nobres pares com assento nesta Casa.

PROJETO DE LEI N° 064/93

A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1° - O Governo do Estado do Paraná garantirá realização do Teste HIV - Anti-Aids, gratuitamente, quando da concretização dos exames pré-nupcial e pré-natal, aos nubentes e à gestante, em todas as Unidades Sanitárias vinculadas à Secretaria de Estado da Saúde.

Art. 2° - O montante de recursos necessários para fazer frente às despesas da presente lei deverão ter previsão anual no Orçamento do Estado do Paraná.

Art. 3° - O Governo do Estado iniciará imediatamente, após publicação da presente, campanhas publicitárias, assegurando sua garantia e qualidade, concomitantemente às campanhas de prevenção e combate a Síndrome da Imuno Deficiência Adquirida - AIDS.

Art. 4° - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.93

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARAES

JUSTIFICATIVA:

Não é surpresa para ninguém a informação de que a população de baixa renda, por si só, não reúne condições de realizar exames de laboratório rotineiros, quanto mais, Testes HIV.

Apesar de, infelizmente, não ser atitude corrente no país, a realização dos testes pré-nupciais e pré-natal, é muito importante, pois fornecem ao casal um relatório detalhado sobre a saúde dos mesmos, além de abrir a possibilidade de prevenir qualquer problema futuro. O pré-natal, por sua função preventiva, dispensa maiores comentários quanto à eficácia e importância.

Assim, nada mais acertado que o Estado, através de seus Postos de Saúde, promover e estimular a realização de exames, visando uma melhoria na qualidade de saúde da população mais duramente atingida pela crise econômica por que passa o país.

Além do mais, abre-se a possibilidade de detectar e controlar com antecipação, o

alastramento e desenvolvimento desta doença que vai cada vez mais, se imiscuindo no dia-a-dia da população.

Por estas razões, pedimos o apoio dos nobres Pares com assento nesta Casa de Leis para a aprovação deste projeto que acreditamos ser de alta relevância social.

PROJETO DE LEI N° 065/93  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1° - Fica o Poder Executivo autorizado a suspender todas as restrições contratuais existentes entre seções não atendidas diretamente no transporte coletivo intermunicipal.

Art.2° - O prazo para suspensão das restrições será de 90 (noventa) dias, a contar da publicação desta lei.

Art.3° - Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 10.03.93

(a) GERALDO CARTÁRIO

JUSTIFICATIVA:

O Estado do Paraná peculiaridades e características próprias, desde a localização geográfica da Capital e das suas principais cidades. Os troncos de ligação rodoviária destas últimas a Curitiba e as ligações regionais e intermunicipais existentes possibilitam o deslocamento direto e orgulham o Paraná.

Por outro lado, o transporte coletivo intermunicipal não acompanhou esse desenvolvimento, especialmente em seu gerenciamento regulamentar. Com isso, muitas regiões não têm interligação rodoviária, impossibilitando o deslocamento direto das pessoas e com isso dificultando sua vida, impedindo ainda uma satisfatória integração regional e mesmo estadual.

Acrescente-se que, em muitos casos, os ônibus passam pelas comunidades, mas restrições contratuais de operação das linhas impedem o acesso do usuário ao deslocamento direto.

São muitos também os exemplos de regiões dotadas de infra-estrutura rodoviária mas não ligadas pelo transporte coletivo, acarretando os incômodos e transtornos das baldeações. Muitas vezes, o que se vê é o passageiro que paga de onde não sei para onde não vai. Estão aí, para demonstrar isso, os inúmeros abaixo-assinados que o poder público recebe sobre a questão, mas bem poucos lograram êxito.

Assim, além de resolver definitivamente o problema, o presente projeto de lei resgata uma dívida para com os paranaenses, pois autoriza a reestruturação de todas as linhas intermunicipais, com a abertura dos seccionamentos que envolvem aquelas comunidades, até hoje não atendidas diretamente.

Finalmente, além de atender prioritariamente o usuário, a lei proposta, como consequência, melhorará sensivelmente o índice de aproveitamento dos veículos, propiciando a otimização da frota, que certamente resultará em maior produtividade, racionalizando melhor o transporte coletivo no Estado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Passamos ao Horário do Pequeno Expediente, anunciando a visita dos companheiros Júlio Bifon, Vereador Antonio David Ferreira, Vereador Nelson Mariano, Vereador André Rodrigues da Silva, membros da Câmara de Vereadores de Sarandi.

Dentro do Pequeno Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Doutor Rosinha.

O DR. ROSINHA - Senhor Presidente, Senhores Deputados. Dias atrás, encontrei o Senhor Governador numa das ruas da nossa Capital e então ele disse que iria demitir gerentes do BANESTADO caso não atendessem direito a população e principalmente os agricultores no que diz respeito ao financiamento para o Programa "Panela Cheia". E agora, recentemente, eu estive viajando para o interior e visitei algumas agências bancárias do BANESTADO: na Cidade de Apucarana e na Cidade de Arapongas. E notamos um grande reclamo dos funcionários e é muito fácil de se constatar as condições do trabalho. Trabalham acima do que lhes é permitido pela carga horária da profissão e não percebem hora-extra. Trabalham, em cadeiras - no caso os caixas, que não têm encosto, trazendo problema sério para a coluna desses trabalhadores. Há um "déficit" de funcionários no BANESTADO, basta qualquer um de nós, Deputados, observarmos as grandes filas que se formam. Ao contrário do que deveria ser: que é, contratar servidores, mas não, tem contratado estagiários, demitindo servidores.

Em novembro de 91 a Direção deliberou por demissão, dos chamados - entre aspas - eu diria, improdutivos e a partir daí passou para uma política de demissões, sem discutir com ninguém, despediram funcionários que tinham menos de um ano de serviço, portanto, sem nenhuma avaliação. Demitiram, principalmente, deficientes físicos como foi o caso da Agência da Avenida Tiradentes em Londrina onde, os quatro funcionários colocados na rua tinham problemas físicos e isso é contra a Constituição, aonde garante que, todas as empresas devem dar parte de seus empregos para essas deficientes.

A Organização Mundial da Saúde calcula que 10% da população mundial é portadora de algum tipo de deficiência e desses, no mínimo, 7% têm capacidade produtiva. No

entanto, mesmo esses de capacidade produtiva, o BANESTADO tem demitido. Passada essa fase de agora, no início deste ano, o Banco investe em outro método, em outra maneira de demissão. Na Agência de Florianópolis despediram, sumariamente, alguns funcionários que tinham entrado com ação trabalhista contra o Banco. O BANESTADO INFORMÁTICA chamado BISA, que passou a ser incorporado ao Banco, de todos àqueles trabalhadores que tinham alguma ação trabalhista estão sendo pressionados a abandonar essa ação ou então serão demitidos. O interesse nisto são dois pontos: o primeiro que o Banco lesa os funcionários e depois reprime-os, impedindo-os de entrar na Justiça para buscar seus direitos; e segundo é que o Banco age inconstitucionalmente, uma vez que, a Constituição brasileira dá todo respaldo a qualquer cidadão que, em se sentindo lesado, em seus direitos, deve recorrer à Justiça para ela poder julgar.

O BANESTADO faz esse tipo de demissões e faz, principalmente em cima dos principais líderes dos trabalhadores bancários, àqueles que lutam pelos direitos dos trabalhadores. Eu pergunto ao Senhor Governador e ao Senhor Heitor Requião de Mello e Silva, o simples trabalhador não pode ter uma ação individual contra o Banco, mas o Diretor do BANESTADO Senhor Heitor Wallace Requião de Mello e Silva tem uma ação trabalhista individual contra o BADEP. Este é permitido e temos que chamar atenção que se houve ilegalidade na relação de trabalho entre o BADEP e o Senhor Heitor Wallace Requião de Mello e Silva, o Senhor Heitor também tem responsabilidade nisso e em um período naquele Banco ele foi também diretor. E como diretor pode assumir a responsabilidade trabalhista, se ele não a cumpria quando se diz respeito a sua própria pessoa o que é que ele reclama.

E o Senhor Michel Voller também, um dos diretores do BANESTADO tem ação trabalhista. Por que o tratamento é diferenciado, ao simples bancário demitido e, no entanto, os diretores permanecem com as suas ações, e onde inclusive, tem responsabilidade sobre elas, uma vez que eles eram diretores do BADEP, e, portanto, eles têm culpa no cartório pela situação do BADEP.

Nós aqui denunciemos e cobramos do Governo do Estado para que haja coerência, respeitando-se o direito desses trabalhadores.

Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Grande Expediente, Deputado Ovídio Constantino.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Eu quero ocupar mais uma vez a tribuna nesta tarde, nesta sessão para falar sobre um assunto que hoje ainda é notícia nacional acontecido no Paraná.

Já o fiz aqui antes de ontem um pronunciamento condenando a ação realizada pelos sem-terras contra os policiais. Também frisei de que não se pode descaracterizar um movimento de luta, de sobrevivência de grande parte da sociedade brasileira que é a reforma agrária nesse País e jogá-la como um fato ocorrido aqui no Paraná, tentar desmobilizar e descaracterizar essa luta pela vida que ocorrer em nosso País. E que muitas elites, as elites dominantes e, principalmente as elites da terra, os grandes fazendeiros, a UDR que querem massacrar a luta do povo brasileiro que quer trabalhar e produzir nesse País.

Já fiz aqui muitos esclarecimentos do que acontece nos assentamentos dos sem-terra que ocorre em nosso País. No nosso Estado Senhor Presidente, Senhores Deputados, tem mais de 3.500 famílias, quase 4 mil assentadas e aqui produzindo. Essas 4 mil famílias estão assentadas e produzindo não pelas "benesses" ou boa vontade do Governo brasileiro ou do Paraná, mas pela sua luta, pela sua garra, estão produzindo e se alimentando e não estão nas favelas da cidade do nosso Estado mendigando e passando miséria.

São hoje, aproximadamente 4 mil famílias que estão nesses assentamentos e que se nós fossemos comparar que municípios novos foram criados no Paraná com 100 ou 200 casas, na sua sede, 4.000 casas representariam uma grande cidade. E estas famílias estão lá produzindo, nas áreas que fizeram a reforma agrária, por sua própria conta, cansados de esperar as reivindicações feitas às autoridades competentes, no caso.

O nosso Estado, na última semana foi palco de notícia nacional, tristemente veiculada pela imprensa nacional, no início do problema de Campo Bonito quando os 3 policiais foram assassinados pelos seguranças do acampamento dos sem-terra. O fato foi repudiado, nós o fizemos daqui desta Tribuna, condenado pela sociedade em geral o ato do assassinato dos três policiais. Aqui nós também questionamos a forma como os policiais foram até o local.

Eu quero ler aqui, Senhor Presidente, Senhores Deputados, parte do Mandado que o Juiz da Comarca de Guaraniaçu expediu para a busca dos culpados pelo assassinato dos policiais, e depois quero citar o que ocorreu na tarde de ontem, anteontem, novamente lá em Campo Bonito.

Diz o Juiz no seu Mandado:

"Outrossim, no cumprimento do Mandado devem os policiais agirem sem excessos,

mas com profissionalismo, aos efeitos de assegurar a integridade física das pessoas sujeitas à investigação criminal para que resulte uma ação equilibrada.

Devem ser asseguradas às mulheres, crianças e adolescentes a completa liberdade de locomoção para qualquer lugar e qualquer ponto, a fim de propiciar que se quiserem possam se afastar da região de risco, de enfrentamentos belicosos, não podendo de nenhuma forma serem presos ou submetidos a interrogatórios, preservando-se assim os que, em tese, merecem proteção especial.

Faça-se acompanhar do Mandado para efeito destas orientações, cópia da presente decisão".

Isto foi o que determinou o Senhor Juiz quando mandou que se averiguasse e se prendesse os envolvidos no assassinato dos policiais.

Eu quero ler aqui, na íntegra, uma nota publicada, hoje, pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais, Sem-Terra, Secretaria Estadual do Paraná. E aqui quero frisar que já está de público dito que este fato ocorrido é lamentável e que foi condenado pela direção, pelo Movimento que é um Movimento nacional e que tem, inclusive, prêmios internacionais pela sua luta, pela vida e pela reforma agrária, neste País.

A nota diz o seguinte e eu peço a atenção dos Senhores Deputados:

(Lê:)

#### EXECUÇÃO SUMÁRIA DE TEIXEIRINHA:

DINIZ BENTO DA SILVA

O agricultor, Diniz Bento da Silva, em diversos momentos manifestou desejo de se entregar à polícia.

Mas a polícia organizou um cerco, cumprindo ordens do Governador, para fazer uma caçada ao Sem-Terra. E por várias vezes se ouviu que, do Teixeira, queriam vingança. Nas tentativas de ser apresentado, a polícia não garantiu segurança e pediu que ninguém o acompanhasse.

Teixeirinha permaneceu em seu assentamento em todo esse período. Em nenhum momento se foragiu, uma vez que queria se entregar.

Com determinação de fazer uma verdadeira caçada, o Grupo de Operações Especiais da Polícia Militar (GOL) encapuzados e fortemente armados, invadiram o assentamento, queimaram os barracos de várias famílias, destruindo todos os seus pertences.

A mulher do Teixeira, vizinhos, seu filho de 13 anos, demais crianças vizinhas, foram submetidos as seguintes práticas cruéis de tortura; após vendarem os olhos; enforcamento, espancamento, ameaça de morte, coronhadas.

Após várias horas desse processo de

tortura, por volta das 18 horas, os policiais deram o ultimato ao filho: "Ou você indica onde o pai está, ou te matamos".

Como Teixeira estava próximo à sua casa ouvindo essa ameaça se entregou desarmado, retirando a camisa e mãos para o alto.

Os policiais encapuzados o algemaram percorrendo com ele dentro do assentamento, espancando-o e humilhando-o publicamente, após isso o levaram para o mato.

Após algumas horas de torturas se ouviu vários tiros, consumando com a execução sumária do Teixeira.

As famílias assentadas e sua família só tomaram conhecimento da morte na manhã do dia 09 de março.

A Polícia Militar, sob ordem do Governador do Estado, realizou esta operação. Mas a caçada aos Sem-Terra continuou implacável, com instinto de vingança.

Ao trucidar Teixeira, o Governo do Estado, Instituiu a Pena de Morte.

Movimento Sem-Terra do Paraná

Senhor Presidente e Senhores Deputados, fiz questão de ler na íntegra a nota que hoje está sendo distribuída à imprensa pelo movimento dos sem-terra.

Quero frisar mais uma vez, ao colocarmos aqui estas nossas observações, não estamos justificando o massacre ou a morte feita aos policiais, mas não se pára com a violência fazendo mais violência, e é isso que está fazendo o Governador Roberto Requião no nosso Estado.

O Jornal "Folha de Londrina", na data de hoje, publica em uma de suas páginas a seguinte notícia: "Requião, caçada aos outros 11 continua". É válido dizer que 07 sem-terra que participaram do massacre, da morte dos policiais, estão presos. Um foi assassinado pela polícia antes de ontem e, continua, pela ordem do Governador, expressa aqui, a caçada e provavelmente a morte de mais 11. Diz aqui a nota: "Até o meio-dia de ontem o Governador ainda não tinha informações detalhadas sobre as circunstâncias da morte do líder dos sem-terra pela PM, mas tratou de isentá-lo da suspeita de assassinato, e disse com as suas palavras: "Ele reagiu e foi morto". O "release" provavelmente dito por sua assessoria está contraditório mostrando a mentira. O Governador, no início, disse que não sabia informações, logo em seguida disse que ele reagiu e foi morto.

A nota dita aqui e comprovada pelas crianças e mulheres no momento da prisão do sem-terra, do líder da morte desses policiais, diz outra versão: "Nenhum momento foi justificado pela Polícia Militar a forma da reação que houve pelo trabalhador que estava sendo caçado".

Diz ainda a matéria do Jornal "Folha

de Londrina": "O filho levou policiais a Teixeira. Marcos, 13 anos, seu filho, foi quem levou o grupo de operações especiais, o Batalhão, até o local do esconderijo do pai. Diariamente o menino ia levar comida ao pai. Marcos disse que ele e sua mãe estavam desesperados à espera de que tudo terminasse, que o pai deveria se entregar".

Imaginem, Senhor Presidente e Senhores Deputados, em alguns momentos o Governador Requião se coloca num extremo, quando ele se põe contra o Poder Judiciário e em favor da reforma agrária no Paraná, não colocando a Polícia Militar para massacrar os trabalhadores, e aqui já algumas vezes o elogiamos desta forma, em outro momento o seu desequilíbrio mostra o outro extremo, desobedecendo aqui a ordem do Juiz do Poder Judiciário, quando o Juiz determina que as mulheres e crianças não poderão ser submetidas a nenhuma tortura e interrogatórios e os seus policiais ordenados por si, porque o comandante disse, segundo nos informava a Deputada Emilia Belinati, quando um policial o questionava ele disse: "O comandante da Polícia sou eu".

Portanto, ele é o culpado e é o partícipe destas torturas que estão se fazendo com crianças, pegando um menino de treze anos, ameaçando com armas no seu ouvido, que iriam matá-lo se não levasse ao local onde estava o pai, porque sabiam que o pai estava na sua propriedade. E sabiam também que o mesmo poderia se entregar, porque eu ouvi em Cascavel, na última sexta-feira, quando um advogado telefonou para um delegado na Delegacia de Cascavel e disse: "Temos algumas informações, boatos, recados que têm chegado, que Teixeira quer se entregar. O que deve ser feito?". A informação do delegado foi a seguinte: "Podem trazer, mas não venham junto. Não venha ninguém junto".

Já estava decretado, por ordem provavelmente de seu comandante, do Governador, o que deveria ser feito pela Polícia ao prendê-lo. E provavelmente o que está sendo feito com este terrorismo colocado no assentamento depois dos onze acusados já estarem presos e o líder dos acusados já estar morto, segundo notas assinadas pela Polícia.

O Senhor Governador publicou um decreto de nº 643, em data de sete de agosto de 91 e mais uma vez mostra a incompetência do seu Governo, diz aqui em seu artigo terceiro, que para qualquer investigação policial, ou requisição de forças policiais para elaborar, realizar despejos de áreas de sem-terra, o Governador publica no artigo terceiro de seu decreto, o seguinte:

"O Secretário de Estado da Segurança Pública para orientar o deslocamento, con-

vocar a comissão especial que deverá proceder o estudo da situação, especialmente aos riscos de distúrbios sociais no cumprimento da ordem, devendo promover esforço no sentido de encontrar soluções pacíficas, inclusive avaliando a possibilidade de transferência ordenada para outras áreas, sempre por métodos suávorios".

Aqui está claro o descumprimento da Polícia Militar quando enviou os três policiais, o desrespeito a este decreto do Governador e ele hoje está assumindo para si o que a Polícia fez.

Condenamos a morte dos policiais, mas já denunciamos aqui a forma errada, sem fundamento, da Polícia em ir até o local, sem cumprir a sua função, de irem lá policiais cabeludos. Coitados, estão mortos, cumprindo a função de quem os mandou. A função do próprio Governador que os mandou para lá para serem trucidados.

Da forma como disse aqui anteontem o Deputado Edson Lino, que ele mesmo foi autuado por estes policiais com trajes de bandidos, na época em que era Prefeito. E ele dizia em seu pronunciamento que não se pode, não se deve submeter os nossos policiais, trabalhadores, cumprindo sua função perigosa, a se trajarem como bandidos, cabeludos, mal vestidos, mal encarados, num local como aquele de conflito, para se identificarem ainda como amigos do fazendeiro, acompanhados de um fazendeiro para averigüarem aquela situação tensa.

O Sr. Oswaldo Trevisan - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Na sequência, Senhor Deputado.

Já sabemos que o Requião faz decretos, faz montes de leis, mas ele não as cumpre, já fez lei aqui nesta Casa e depois ele mesmo procurou questionar na justiça.

Se esse decreto fosse cumprido, a justiça deveria ser feita de outra forma e sem dúvida nenhuma, que este início de massacre, esse início de conflito, não teria acontecido e disseram bem aqui outras pessoas com quem conversávamos, o proprietário daquela fazenda, Senhor Ovídio Beledelli, fez muito para contribuir, para a regularização daquele conflito que lá estava, doando inclusive parte de sua área num acordo feito com o movimento sem-terra e com o Governo do Estado, para que se resolvesse o problema.

O que nós não podemos concordar, é o que está sendo colocado em alguns órgãos de imprensa, como algumas acusações, de que pode até ter sido uma trama da UDR, fazer essa emboscada, senão talvez com algumas concordâncias de algumas autoridades, para reprimir o proprietário Ovídio Beledelli, porque a UDR estava fazendo até

seminário na região, a nível nacional, para reprimir o Senhor Ovídio Beledelli pelo seu ato de ajudar, de contribuir com a Reforma Agrária no Paraná, porque isso abria um precedente, o que o Sr. Beledelli fez, ele estava sendo reprimido pela UDR, que não queria que se abrisse essa exceção, pois querem massacrar a Reforma Agrária em nosso País.

Hoje alguns órgãos de imprensa publicam dúvidas, se atrás de tudo isso, desta ordem de mandar os policiais para lá daquela forma, não tenha sido uma trama da UDR, de algumas autoridades que não fazem parte, também para fazer que se desencadeasse esse massacre e perseguição ao movimento dos sem-terra e da Reforma Agrária no País...

O Sr. Oswaldo Trevisan - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Na sequência.

Foi um ato condenável, mas as causas têm que ser apuradas e eu já cobrei aqui da tribuna, de quem mandou os policiais para lá? Se foi o Governador ou se foi o comandante dos policiais, tem que se ajudar a pagar por essa pena e se continuar esse massacre, Senhor Presidente, Senhores Deputados, mais crianças serão submetidas desta forma a torturas, a massacre, a terrorismo, mulheres e crianças, à caçada determinada pelo Senhor Governador. Isso não é coisa de quem está com sanidade mental...

O Sr. Oswaldo Trevisan - Me permite um aparte?

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Não é possível que vamos fazer aquela violência gerar mais violência.

(Vozes sobrepostas)

O SR. OSWALDO TREVISAN - Levanto uma questão de ordem, perfeitamente cabível.

Eu peço a Vossa Excelência o cumprimento do artigo 20 do Regimento: "São atribuições do Presidente, além de outras conferidas neste Regimento - inciso VII - Interromper o orador que se desviar da questão, faltar à consideração aos Poderes constituídos, advertindo-o, chamando-o à ordem e retirando-lhe a palavra".

Eu estou pedindo um aparte para corrigir o nobre orador, para colocá-lo nos trilhos, ele não me concede o aparte, continua ofendendo ao Governador, continua inclusive me desrespeitando, até o 8º mandamento das Leis de Deus - Não levantar falso testemunho. Então eu peço uma questão de ordem para que Vossa Excelência interrompa o orador ou ele me concede um aparte, para colocá-lo nos trilhos.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Informo ao nobre Deputado Oswaldo Trevisan, que o Deputado que está fazendo uso da palavra, ele tem direito de conceder ou não o aparte, e a palavra é livre.

No Horário das Lideranças Vossa Excelência terá condições de responder ao Deputado Ovídio Constantino. Vossa Excelência tem o Horário da Liderança do PMDB que poderá usar depois, mas na sequência eu vou lhe conceder o aparte e vou conceder ao Deputado Colombino Grassano.

no.

Mas eu quero completar o meu raciocínio dizendo o seguinte: essas notícias da imprensa, hoje, títulos como este que saem do Governador do Estado não é possível de se aceitar, Senhor Presidente, Senhores Deputados. Caçada, isto não se faz com seres humanos, e a prova está aí o que fizeram ontem ou anteontem, vamos comparar: a polícia tem uma versão e o movimento está dando outra versão. E esta versão, tanto uma como outra deverão ser esclarecidas. Os policiais estavam na área investigando todas as casas, como diz aí. Sem dúvida nenhuma que é uma irresponsabilidade mandar a Polícia Militar que está com os ânimos à flor da pele, pelo acontecido. Coloca-se isto nas mãos da justiça. Coloca-se isto nas mãos da Polícia Federal que vá com isenção tratar o caso e vá lá investigar, fazer aquilo que a Constituição lhe permite. Mas é uma irresponsabilidade sem tamanho colocar terrorismo, e massacrar desta forma as famílias que já estão nas suas casas, depois do conflito já desarmado, depois dos comandantes das mortes estarem presos, depois de ter assassinado um líder que está provado pela imprensa e pelos depoimentos daqueles que lá estavam, determinar a caçada de mais onze pessoas, não posso me recusar de chamar isto, Deputado Trevisan, de irresponsabilidade do Senhor Governador e são palavras dele a caçada aos sem-terra.

Isto não se faz com uma pessoa que está com um cargo de Governador do Estado, determinar este tipo de ordem à Polícia Militar e fazer isto. Não se admite. Está instalada pelo que diz aqui, eu concordo, aprovo este movimento no final do seu documento, que o Governador decretou aqui a pena de morte dessas pessoas. E ele diz e, o Secretário da Segurança também diz que eles deverão caçar e se as pessoas não se entregarem não se responsabilizam pelas suas vidas.

Isto é coisa de se dizer? Coloca a Polícia Civil, coloca a justiça a procurar, se é que há ainda outros envolvidos, mas determinar que a Polícia Militar, depois dos ânimos estarem acesos, desde esse pe-



ríodo todo, fazer este tipo de pressão e este tipo de massacre, desobedecendo ordem judicial, no último extremo do que se pensava que o Governador queria fazer, falar ou fazer atos em favor da reforma agrária, é absolutamente inconcebível.

Mais uma coisa para concluir e depois conceder um aparte aos Senhores Deputados: o Comandante desta operação é o Capitão Valdir C. Neves. Eu quero questionar aqui, não o conheço, recebi informações, Senhor Presidente, que esse Comandante Neves é um ex-agente de DOI-CODI, é um ex-agente secreto do SNI, e que parece-nos - uma opinião particular - de que o Governador Roberto Requião ao invés de esquecer as perseguições políticas que ele sofreu na época da ditadura, ele assimilou isto e eu quero questionar, coloca um Comandante com este currículo a ser o seu chefe da Polícia Especial do Paraná.

E há muitas confusões e contradições sendo colocadas nos pronunciamentos do Secretário. Ontem à tarde numa audiência com o Movimento dos Sem-Terra Nacional, que por sua vez tiveram uma audiência com o Secretário Favetti, ele garantiu que os ânimos estavam calmos, que lá estava tudo tranquilo, e logo após isto a informação que o terror continua no assentamento. Não é na área da ocupação. Lá o pessoal já saiu, já foi revistado pela Polícia no dia que foram presos os sete, já foram para o seu assentamento, e lá no assentamento o terrorismo está instalado, com mulheres, crianças menores, a ponto de obrigarem um filho levar os policiais até seu próprio pai para ser executado. Este é o correto.

Eu concedo, pela ordem, um aparte ao Deputado Colombino e na sequência ao Deputado Trevisan.

O Sr. Colombino Grassano - Senhor Deputado, eu me recordo que quando o Senhor Governador do Estado baixou o Decreto a que se refere Vossa Excelência, o PT aplaudiu o comportamento do Senhor Governador, porque visava esse Decreto, como visa, impedir que a justiça possa requisitar diretamente forças policiais, para que os mandados judiciais sejam apreciados e sejam executados. Então até mesmo o PT diz que em certa ocasião, na ocasião em que se mandou para a Assembléia Legislativa, pedido de impedimento do Senhor Governador, através da Associação dos Magistrados do Paraná, a Bancada de Vossa Excelência disse que estaria contrária ao "impeachment", porque o mesmo significava em última análise a revogação do decreto governamental. Então verifica-se Senhor Deputado, que o comportamento irregular do Senhor Governador que hoje toma uma atitude e amanhã altera a sua decisão, nem sempre no interesse do Partido dos Trabalhadores, dos "sem-

terra" ou daqueles que devem executar as ordens governamentais, chegou-se à conclusão, porque esse decreto foi rejeitado pelo Poder Judiciário, julgando-o inconstitucional e que impedia que a Justiça pudesse - quero repetir - requisitar forças policiais como a Constituição lhe permite para fazer a execução dos mandados judiciais. Então, queira bem Vossa Excelência analisar que se o Senhor Governador tem comportamento dúbio, também a Bancada de Vossa Excelência não prima por uma linha retilínea de comportamento, porque quando interessa realmente ao Partido de Vossa Excelência, elogiar o Governador nos seus atos, ele elogia e chega até mesmo a dizer que votaria contra o seu impedimento antecipando um voto de muita importância na Assembléia Legislativa.

Então deve haver cautela por parte do Partido de Vossa Excelência nos pronunciamentos para que o conceito que tem, principalmente Vossa Excelência venha a ser alterado pelos seus companheiros de Assembléia Legislativa.

O Sr. Oswaldo Trevisan: Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Na sequência eu darei aparte ao Deputado Trevisan, o decreto do Governador apenas reduz, e se Vossa Excelência ler o decreto, não nega a força policial. Apenas toma precauções para que...

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Consulta o Deputado se vai fazer uso do horário da Liderança do PT.

Vossa Excelência tem a palavra por sete minutos.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - O decreto garante apenas que se evitem conflitos, mas que o Governador tenha um levantamento e que a Secretaria de Segurança, através de uma Comissão, com participação inclusive do Poder Judiciário, faça um levantamento para evitar massacres. Isto é o que diz o decreto. Eu defendo o decreto e continuo defendendo. Se o decreto fosse cumprido, não teria acontecido a morte dos policiais, porque não teriam mandado policiais para a área, da forma como foram mandados e pelo que já disse aqui, quando a Polícia Militar, através dos seus comandos, com a direção do movimento, realiza um seminário para discutir os problemas dos conflitos, se estava levando para um problema social como realmente é, mas a forma como foi feito, neste caso, descumpriu realmente o decreto e se fosse cumprido, tenho certeza absoluta de que os policiais não teriam sido assassinados.

Concedo aparte ao Deputado Trevisan.

O Sr. Oswaldo Trevisan - Nobre Deputado Ovídio Constantino, estou ouvindo atentamente o discurso de Vossa Excelência e pedi o aparte para repor a verdade, verdade que já começou a ser repostada pelo Deputado Colombino Grassano quando interveio em seu discurso e mostrou que Vossa Excelência incluiu o seu Partido, têm usado dois pesos e duas medidas, quando interessa a estes setores do PT mais radical, Vossa Excelência vem e aplaude o Governador; quando o Governador toma uma providência de interesse de uma coletividade, Vossa Excelência vem aqui e exagera, agredindo o Governador do Estado.

Por isso nós não concordamos e vamos contestar, nobre Deputado, item por item e vou contestá-lo preliminarmente dizendo o seguinte: Vossa Excelência diz que os policiais foram lá, naquela missão - os três policiais que foram assassinados barbaramente pelo sem-terra - fantasiados de bandidos. Estavam em trajes de bandidos: barbudos e cabeludos...

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Eu não disse isto, Sr. Presidente...

(Vozes acumuladas)

Eu disse que o Deputado Edison Silva Lino deu um depoimento, neste sentido, na Sessão de antes de ontem. V.Exa. não está falando a verdade.

O Sr. Oswaldo Trevisan - Consulto as notas taquigráficas que tenho aqui. Eu não sou surdo e ouvi bem. V.Exa. disse que pelo fato de eles estarem cabeludos eram bandidos...

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Eu não disse isto...

O Sr. Oswaldo Trevisan - Quero dizer a V.Exa. que nesta Casa tem cabeludo e barbuço: V.Exa., o nobre Deputado Rosinha, e, nem por isto, os consideramos bandidos. Temos a maior estima por V.Exa., pelo Deputado Rosinha e pelos demais cabeludos e barbuços. Portanto, contesto inicialmente isto. O fato de os policiais estarem cabeludos e barbudos não os caracterizam como bandidos. Estavam no cumprimento do dever de uma ordem legal e que foram lá, nobre Deputado, fazer um exame preliminar da situação.

(Tumulto no plenário)

Eu pergunto ao Presidente se tenho a palavra no aparte...

(Vozes acumuladas)

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Quem concedeu a palavra em aparte a V.Exa. foi o Deputado Ovídio.

O Sr. Oswaldo Trevisan - Então, nós temos

que combinar, Deputado, ou eu falo...

O SR. DOUTOR ROSINHA - Pela Ordem, Sr. Presidente.

O Sr. Oswaldo Trevisan - Só me permita, estou observando nesta Casa que a Questão de Ordem, aqui, está sendo levantada a todo o momento e nenhum Deputado mostra o artigo do Regimento em que quer a Questão de Ordem.

Eu quero dizer a V.Exa., nobre Presidente, a Questão de Ordem está regulada no Regimento, nos artigos 104 a 106. E eu quero explicar que todo o Deputado quando pede uma Questão de Ordem tem que dizer ao Presidente em que artigo de lei que se baseia, senão não tem cabimento a Questão de Ordem. Quer dizer, eu estou dando um aparte, o nobre Deputado pede uma Questão de Ordem e V.Exa. concede e ele não cita o artigo.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Eu consulto o Deputado Rosinha em qual artigo que ele se baseia para pedir a Questão de Ordem.

O SR. DR. ROSINHA - No artigo 105 - "Das Questões de Ordem: O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que a solicitar "pela ordem", mas poderá cassá-la, desde que o orador não indique desde logo o artigo do Regimento Interno...". O artigo do Regimento Interno que eu indicarei é aquele que diz que quem está fazendo uso da palavra, no caso o Deputado Ovídio Constantino, pode cassar àquele que ele deu a palavra em aparte. E eu quero aconselhar o Deputado...

(Vozes acumuladas. Tumulto no plenário)

Quero aconselhar o Deputado Ovídio Constantino que casse a palavra do Deputado Oswaldo Trevisan, uma vez que está perturbando e não está concluindo nada...

(Vozes acumuladas)

...o meu horário da Liderança do PT para que não tenham justificativa. Então eu aconselho o meu companheiro de Bancada, uma vez que o Regimento Interno permite isto.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Asseguro a palavra ao Deputado Ovídio Constantino e o consulto se deu aparte ao Deputado Trevisan?

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sim, dei o aparte e peço que o Deputado conclua o seu aparte.

O Sr. Oswaldo Trevisan - Eu concluo, mas

vamos combinar o seguinte, Deputado: ou V.Exa. me deixa falar, porque se eu falo aqui e V.Exa. grita de lá, não vamos chegar a nenhuma conclusão.

Eu quero dizer mais o seguinte: eu já disse se for para gritar eu grito mais que V.Exa...

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Senhor Presidente,...

(Vozes acumuladas)

Sr. Presidente, consulto V.Exa. se estes 5 minutos ou mais que foram levados para as Questões de Ordem pertencem ao meu tempo?!

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Não será concedido. O Senhor já fez uso do Grande Expediente e está fazendo uso...

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - O Deputado Oswaldo Trevisan usou 5 minutos para ler e justificar as Questões de Ordem do Regimento, Sr. Presidente. Eu não estava ocupando o tempo e nem ele naquele momento.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - A Presidência não concederá mais tempo aos Senhores.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Então, nestas condições, eu aconselho que V.Exa. use o tempo do PMDB porque eu não posso conceder o aparte na sequência.

Eu quero protestar diante da Mesa. Em muitos momentos, V.Exas. quando estão na Mesa, permitem que Deputados aqui passem 10 minutos dos seus horários, e neste momento quando o Deputado usa 5 minutos ou mais para ler, justificar e conversar com V.Exa. sobre uma Questão de Ordem, V.Exa. não descontou o tempo.

Eu quero pedir permissão para concluir o meu pronunciamento, com este protesto.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - V.Exa. tem mais um minuto, para concluir seu pronunciamento.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Sr. Presidente, e Srs. Deputados, em dois momentos em que aqui me pronunciei, no Grande Expediente, não falei qualquer palavra que aprovasse a ação realizada pelos sem-terra contra os policiais, questionei e continuo questionando as ações de quem os ordenou a fazer isso. Porque devem ser dadas explicações públicas.

Eu quero relatar um simples fato: quando aconteceu a morte de um trabalhador sem-terra, no Município de Nova Fátima, no mês de dezembro passado, o corpo do trabalhador ficou lá, morto 24 horas, com as formigas comendo. E um pistoleiro de fazendeiro, preso e amarrado, ao lado. Eu

conversei com o Delegado de Polícia daquela Cidade e ele me disse que não lhe foi concedido policiais para irem buscar o corpo do agricultor morto, lá na ocupação, e buscar o bandido que estava lá amarrado. Justifica-se este terrorismo que está se fazendo, agora? Por que não se fez a mesma coisa naquele momento, quando um corpo de um assassinado tem que ficar lá 24 horas e tem que ir o padre, o padre com a polícia civil, intermediar os sem-terra para poder buscar o corpo do morto? Porque não se faz, neste momento, também, ações para punir aqueles que devem? Por que não se faz...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Deputado, está encerrado o seu tempo.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Por que não se faz? Em tantos outros casos que eu estou dizendo...

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - No Horário das Lideranças, consulto à Bancada do PTB se deseja fazer uso do seu tempo.

Com a palavra, o Deputado Mário Bezerra.

Quero anunciar as presenças do Professor Ciro e do Dr. Paulo, convidados do nobre Deputado José Alves, que estão visitando esta Casa.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Sr. Presidente, Pela Ordem.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Por gentileza, cite o artigo.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - artigos 104 e 105.

Eu só queria dizer a V.Exa. e à Mesa que a partir de hoje eu vou cobrar insistentemente, ninguém vai passar dos minutos que tem direito aqui nesta Tribuna.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - É um direito de V.Exa..

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - V.Exas. cumpram o Regimento Interno, para todos. Por favor, cumpram o que está escrito no Regimento. E nenhum Deputado vai passar dos seus horários, e da Liderança, a partir deste momento, porque eu vou cobrar, quando aqui estiver.

O SR. MÁRIO BEZERRA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu ouvia atentamente o discurso proferido pelo Deputado Ovídio Constantino, e não quis interromper, para que ele explicasse aqui, perante esta plateia, a sua posição com referência ao problema dos sem-terra.

Um tema apaixonante, mas que o Deputado Mário Bezerra não é apaixonado por ele. Portanto, eu posso falar como insuspeito.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, estive acompanhando, junto a Parlamentares do PT, de algumas comissões sobre a violência no campo. Estive em Laranjeiras do Sul, estive em Pinhão. E, naquelas oportunidades, Sr. Presidente e Srs. Deputados, pude perceber que o problema da violência no campo vai um pouco mais além do que aquilo que foi explicitado pelos Deputados que me antecederam, ou mais propriamente, pelo nobre companheiro, que eu tanto respeito, Deputado Ovídio Constantino.

A culpa da violência no campo é do Governador? É da Polícia Militar? Os dois têm co-responsabilidade na violência. Mas, ninguém, ainda, assumiu a Tribuna e disse para a imprensa do Paraná que existem outros co-responsáveis pela violência no campo.

A Pastoral da Terra, Sr. Presidente e Srs. Deputados, nunca foi citada. O movimento Sem-Terras é pouco citado na Tribuna desta Assembléia! Como co-responsável pela violência, porque a violência gera violência, e a invasão da terra é uma violência contra àquele que tem a sua terra, no Paraná. E não é através da violência da invasão da terra que se vai solucionar o problema da reforma agrária, Sr. Presidente e Srs. Deputados.

É necessário que se incrimine, também, como eu dizia lá em Pinhão, na ocasião em que nós nos reuníamos junto com os agricultores que foram violentados na terra e junto aos proprietários das terras. Eu dizia, naquela ocasião, que todos deveriam ser citados, pela imprensa, como co-responsáveis pelas mortes e violências. A Pastoral da Terra também tem co-responsabilidade, porque infelizmente naquela ocasião quando eu conversava com agricultores lá naquele inferno mais de sessenta quilômetros do Município de Pinhão.

Eu ouvi os agricultores que tinham Lideranças vinculados ao movimento da terra e também a Pastoral da Terra que os incitava a invadir a terra e depois dava-se um tapa e se escondia a mão e se jogava os trabalhadores sem terra como instrumentos Políticos e outros que a sociedade desconhece.

Atrás da violência com o homem do campo tem a co-responsabilidade também a Pastoral da Terra, porque incita as pessoas e levam de caminhões e de outros meios de transportes a invadir a terra e depois que acontece o crime não se assume a responsabilidade de ter feito e cometido esse crime só se responsabilizando o próprio ignorante que está sem terra. É necessário que se diga que o Governador tem alguma co-responsabilidade, mas também é necessário

que se use o bom senso que o Governador até hoje ou até à violência cometida nessa Fazenda ele assumir a responsabilidade, dele até brigar e se romper com o Poder Judiciário do Paraná por não atender o que a Justiça queria, que era tirar os homens da terra.

É necessário que se seja coerente que se respeite as posições do Governador, mas que se discrine também aqueles que têm co-responsabilidade nas invasões. E a Pastoral da Terra também tem a sua co-responsabilidade através do Sr. Frigo que em todos os Movimentos se faz presente para incitar até a violência no campo.

A violência com o homem do campo Sr. Presidente, Srs. Deputados ela é mais abrangente, e é necessário que as Comissões que se formam nessa Casa, assumam responsabilidade também de dizer que não é só o Governador, que não é só a Polícia Militar, mas daqueles que primeiramente incitaram os trabalhadores a invadirem a terra e que agora sofrem na pele e na carne as consequências da invasão.

Concordo em termos com o Deputado Ovídio Constantino, mas assumo também a responsabilidade de dizer de que o Governador do Paraná assumiu uma posição séria, tentando resolver um problema da terra, mas não pode deixar que a violência se alastre por todos os cantos do Paraná dando cobertura a assassinatos de policiais.

É necessário que se puna os responsáveis, mas que também se proteja a Polícia Militar do Paraná.

Sou contra a violência Sr. Presidente, por isso uso a Tribuna, para dizer aqui que não é só o Governador, que não é só a Polícia, mas àqueles que são os primeiros a incitar os trabalhadores a invadir as terras de propriedades privadas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Dentro do Horário das Lideranças, consulto à Liderança do PP se fará uso do seu Horário.

(Declina).

PL.

(Declina).

PDT.

(Declina).

PMDB.

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sra. Deputada.

Participamos hoje pela manhã de uma reunião com a Secretaria da Agricultura, todas as Entidades de Classe ligadas a Agricultura do Estado do Paraná, as Cooperativas, Federações, os Prefeitos Municipais

país, os Prefeitos representantes das microrregiões do Estado do Paraná, Srs. Deputados e os Técnicos da EMATER e da Secretaria da Agricultura. Uma reunião que visava em primeiro lugar as estratégias para a revitalização da Cotonicultura Paranaense.

Segundo os dados apresentados pelos técnicos da Secretaria, bem como, pelas entidades ligadas ao setor agrícola do Estado do Paraná o algodão vem sofrendo um decréscimo assustador no Estado na sua produção.

No seu pronunciamento o Deputado Severino Félix dizia ele que é um dos maiores produtores de algodão do Estado, dizia que se sentia desestimulado e até a ponto de abandonar todo o setor de produção de algodão.

Mas a reunião da Secretaria da Agricultura tomou outro caminho e teve, após os apartes, após os pronunciamentos, após as exposições de cada setor, nós pudemos verificar que o Estado do Paraná, assim como os outros Estados da Federação, vêm sofrendo um processo migratório suicida, uma degradação do trabalho no campo já de décadas e que o Estado do Paraná, um dos poucos Estados da Federação brasileira, tem se preocupado com um programa específico para a fixação do homem no campo, tem se preocupado com financiamentos específicos para atendimento ao pequeno, ao micro produtor do Estado do Paraná uma vez que a produção de algodão é também, em sua grande maioria, 85% de produtores - micros e pequenos produtores.

Então o Governo do Estado do Paraná tem se preocupado já desde o governo anterior de Álvaro Dias, com as questões de apoio ao pequeno e ao microprodutor. A Secretaria da Agricultura com o Secretário Osmar Dias, vem intensificando um trabalho no sentido de melhorar a qualidade da terra e melhorar as condições vividas por esse trabalhador - com programas específicos e sérios - visando melhorar a produtividade, visando melhorar a qualidade da produção, visando melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

Mas a conclusão que se chegou é um alerta muito sério que os Estados da Federação, que os municípios, que as cooperativas, que as entidades de classe têm que repassar a questão da sua própria função. O Governo do Paraná, no início da gestão do Governador Requião, optou: ou se criaria uma linha de apoio ao produtor, com programas e verbas específicas do Governo do Estado para apoio ao produtor do interior, ou se investiria em mais funcionários, aumentando e inchando cada vez mais a máquina administrativa do Estado.

O Governo do Paraná optou em sacrificar um pouco a máquina administrativa do

Estado mas destinar um pouco mais de verba para programas específicos como: Panela Cheia; Pró-Emprego. Programas que visam revitalizar a agricultura para o micro e para o pequeno produtor no Estado do Paraná com financiamento sendo corrigido com a equivalência do produto. Criou programas como a criação de animais de pequeno e médio porte da região central do Estado do Paraná. Outros programas que estão sendo desenvolvidos e aplicados pelo Estado: as microbacias.

E hoje, nós queremos aqui, fazer um alerta muito sério para o Estado do Paraná. As prefeituras municipais, as cooperativas têm que repassar efetivamente as suas funções. Todo prefeito quando assume a sua prefeitura, as suas prioridades são: educação, saúde, transporte e outras, a agricultura sempre fica por último.

Nós entendemos que uma vez que o Governo do Estado tem as verbas, tem os programas específicos Sr. Presidente, Srs. Deputados, tem os programas para serem aplicados, mas como está com uma deficiência, temos que reconhecer. Existe uma deficiência de pessoal para atendimento. E hoje a maioria dos Municípios do Estado do Paraná não conhece 50% dos programas que a Secretaria da Agricultura tem.

Nós queremos fazer um alerta aos prefeitos do nosso Estado para que, aliados com as cooperativas e com o Governo do Estado, utilizar os programas que o governo tem, transforme as suas prefeituras também num grande parceiro junto com o pequeno produtor, melhorando a condição de apoio ao micro, pequeno e médio produtor do Estado do Paraná, para evitar essa evasão do campo por falta de uma melhor condição. Os programas têm que ser aplicados, a prefeitura tem que repensar a sua função. Uma prefeitura não pode apenas se preocupar com obras públicas, tem que se preocupar com o homem, com o cidadão, com o social. E preocupando-se com o social, a principal condição de melhorar a qualidade de vida.

E você só melhora a qualidade de vida do cidadão dando-lhe condições dignas de trabalho. Ele trabalhando, não precisa de esmolas para sobreviver, mas precisa de um melhor salário para a sua propriedade, precisa de cursos e treinamento, de orientação técnica e isso, a prefeitura tem condições de desenvolver juntamente com os programas de Governo.

E aqui eu quero chamar à responsabilidade das próprias cooperativas...

SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, em que horário ele está falando?

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - No Ho-

em dúvida a idoneidade do Governo Álvaro Dias a qualquer ato referente ao Governo passado.

Queremos apenas, como fiscalizadores neste processo, que a prestação de contas seja anexada à Ordem do Dia.

O SR. DIRCEU MANFRINATO (Pela Ordem) - Vossa Excelência sabe que regimentalmente pode recorrer à Casa no momento em que desejar e acompanhar, na verdade, todas as prestações de contas que aí estão. Mas durante o período de 1990 nós já fiscalizamos.

Quero apenas aqui, agora, referendar as contas do ex-Governador Álvaro Dias. E V.Exa. sabe e é testemunha que foi um governo da maior lisura possível.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Peço a palavra pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Tem a palavra pela ordem, Deputado.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Antes de fazer qualquer encaminhamento, Sr. Presidente, Srs. Deputados, solicito um esclarecimento da Mesa: o Artigo 54 da Constituição Estadual, incisos XVI e XVII, e mais o Artigo 87, inciso XI, reza que "Compete privativamente...".

Nós estamos vendo agora a prestação de contas do exercício de 1990 em 1993.

A Mesa Executiva da Assembléia interpreta de que maneira o Artigo 87, e quando deu entrada nesta Casa a prestação de contas desse período, pelo Poder Executivo?

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Informo ao nobre Deputado e ao Plenário desta Casa que foi encaminhado a esta Casa em 15 de abril de 1991. E a Presidência da Assembléia encaminhou ao Tribunal de Contas em 24 de abril de 1991.

O SR. DOUTOR ROSINHA - Feito este esclarecimento, nós, da Bancada do PT, queremos colocar a nossa posição.

Durante a administração do ex-Governador, ao contrário do que muitos colocam, ela foi bastante conturbada no que diz respeito às finanças públicas.

Houveram dúvidas quanto à questão de publicidade, e inclusive foi levantada no Tribunal de Contas deste Estado.

Houveram dúvidas a respeito de todos os três Secretários de Saúde do Estado, inclusive com uma CPI presidida por mim e que não chegou ao final em função de ter sido abortada no meio do caminho e que provava, nitidamente, que existia irregularidades na Administração anterior.

Houveram dúvidas a respeito, e com processo correndo na Justiça, do Instituto

de Pesos e Medidas.

Houveram muitos questionamentos com processos na CAFE do Paraná. E poderemos enumerar outros se formos atrás.

Na área de comunicação social foram aberrantes as despesas do Governo do Estado.

Portanto, nós do Partido dos Trabalhadores, votaremos contrários a esta prestação de contas, até porque não existem as publicações levantadas pelo Deputado Paulo Maia, nenhum dos pareceres foram publicados, a não ser do dia em que constam algumas ressalvas, ressalvas estas que não deixam claro que também foram publicadas atualmente.

E diz no item 6: "A ressalva a que se referiu o Senhor Procurador Geral, no item anterior citado...". Só que não constam estas ressalvas no Parecer, quais foram, o que está sendo ressalvado.

Então seria passar uma aprovação, aprovar uma conta da qual não tivemos conhecimento, não tivemos acesso.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Informo ao nobre Deputado que o Parecer da Comissão de Tomada de Contas está anexado, hoje, à Ordem do Dia.

O DR. ROSINHA - Sim, mas é a mesma Comissão, Sr. Presidente. É um parecer que não é do Tribunal de Contas. É da Comissão da Tomada de Contas, assinado pelo Presidente e Relator Nilton Barbosa. E assim mesmo, coloca uma ressalva no item 6. Que por sinal é do mesmo Partido do ex-Governador. Teria que ser, pelo menos, lícito indicar um Relator de outro Partido, para analisar.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Para Encaminhar, com a palavra o Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Sr. Presidente, nós entendemos que este Projeto já passou por todas as fases que deveria ter passado. E o trabalho, a gestão do Governador Álvaro Dias, como é normal num processo democrático, também teve seus questionamentos.

O PMDB entende que não há nada que se prorrogar. Nós votaremos favorável ao Projeto. O PMDB entende isso, por não ver nada de mais na atuação do ex-Governador Álvaro Dias, nesta prestação de contas.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão) - Para Encaminhar, concedemos a palavra ao Deputado Bona Turra.

O SR. LUIS HENRIQUE BONA TURRA - Sr. Presidente e Srs. Deputados.

O Projeto de Resolução nº 16/92 submete a esta Casa matéria de natureza política. A impugnação de atos da administração, e falava aqui o Deputado Florisvaldo Fier, atos praticados no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde, Instituto de Pesos e Medidas, não colocam e nem prejudicam a apreciação política que deve fazer o Poder Legislativo relativamente às contas governamentais de 1990.

E a apreciação política, preliminarmente, põe na Ordem do Dia que do ponto de vista da gestão pública presidida pelo ex-Governador Álvaro Dias, nós tivemos correção, probidade e idoneidade.

Os atos irregulares praticados em setores da administração não levam nem determinam a rejeição parcial ou total - e aqui não poderia haver matéria desta natureza, nem apreciação por esta natureza, de uma apreciação ou aprovação parcial - de contas do conjunto do Governo.

Apreciadas pelas áreas técnicas da Assembléia Legislativa, pelo Tribunal de Contas do Estado, a atividade de fiscalização é uma atividade que deve exercer o Parlamento, no cotidiano. E a apreciação que fazemos, nesta hora, é uma apreciação de natureza eminentemente política.

É por isto que estas contas, ora submetidas à Assembléia Legislativa, devem considerar não só as questões políticas de natureza estrutural do Estado, a quantas andavam as finanças públicas quando se procedeu a sucessão e a transição do Governo. Isto deve merecer a consideração.

A questão do endividamento do Estado, a questão dos altos interesses do Estado na implementação dos programas sociais. Se aí faltou o Estado, deverão então as contas serem rejeitadas politicamente. Mas, quando a consideração é diversa, e esta é uma consideração que vem das ruas, pela aprovação política do Governo, eu acho que também o Poder Legislativo, de modo claro e probo, devendo ter em cada uma das fases e em todas as comissões técnicas levantadas questões, porque as comissões técnicas, inclusive a Comissão Técnica de Tomada de Contas tem a participação de todos os Partidos Políticos, nesta Casa; e as questões que trazem agora os Deputados, para manter uma posição de Oposição, de que novos documentos deveriam ser juntados, para aí sim ter-se a apreciação, é um exercício infrutífero para prorrogar algo que pode ser decidido aqui.

Se faltaram as Oposições, nas Comissões Técnicas, se lá não promoveram as diligências, que não venham agora colocar a Casa toda em cima das suas deficiências e debilidades.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, politicamente as ruas aprovaram o Governo Álvaro Dias. E, politicamente, es-

te Parlamento também aprovará suas contas.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Aqui no nosso Regimento Interno o Artigo nº 174 que para encaminhar a votação, cada Deputado, salvo os relatores, só poderão falar uma vez...

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Eu quero me manifestar em nome da oposição PDT. Eu acho que em momento algum, nós fizemos menção a qualquer dúvida a respeito e não podemos aceitar o encaminhamento e as dúvidas colocadas pelo nobre Deputado Bona Turra.

As dúvidas são nossas da forma como nós estamos encaminhando, da forma mais aberta, mais democrática, pedindo apenas que se coloque para publicação. Não vemos o porquê da dúvida da Liderança do PMDB, tão pouco da dúvida em termos da aprovação do Deputado Bona Turra.

Se não há necessidade de que a Assembléia tome conhecimento dessas prestações de contas, está na hora de fechar este Poder, porque o nosso poder aqui é poder fiscalizador, não estamos colocando em dúvida o Governo Álvaro Dias, a prestação de contas, nada disso; se houve colocação de dúvidas estas pechas levantadas pela dúvida à oposição do Deputado Turra talvez sirva a ele e ao Bloco de sustentação dele, não a nossa oposição do PDT.

Por isso que nós estamos pedindo nada mais nada menos que anexar como está indo a nossa justificativa de requerimento. Os Deputados não podem votar uma matéria de tamanha importância sem o conhecimento do processo nos dados concretos que originaram o parecer da Comissão competente, sem efetivamente duvidar da apreciação efetuada é "direito inalienável dos Parlamentares - o conhecimento prévio e aprofundado das questões objeto da votação".

Não estamos colocando dúvida em nada e também não vamos aceitar a pecha de termos nos omitido ou não termos participado ou questionado nas Comissões. As Comissões são questionadas, o PDT tem marcado a sua posição, mas não tem omitido a nível de plenário.

Por isso está mantida a posição e não serve para nós a forma de tentar atingir a oposição do Deputado Bona Turra.

O SR. PRESIDENTE (Hermes Brandão) - Eu quero saber se colocará em votação, após colocar em votação o Projeto de Resolução na hora oportuna o seu Requerimento.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Da mesma forma queremos reforçar o en-



e o nosso País. Se outros países têm este tipo de proteção, por que o Brasil também não pode aplicar a mesma regra, o mesmo direito?

Estamos encaminhando este requerimento e gostaríamos de ver efetivamente que o nosso Ministro de Indústria e Comércio, em cujas mãos está a decisão desta implantação compensatória dos 15%, seja imediatamente aplicada em nosso País.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente. Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 51 Srs. Deputados.

O SR. DUÍLIO GENARI (Pela Ordem) - Apenas gostaria de registrar a presença do Presidente da Câmara Municipal de Toledo, o Vereador Lucio Demarchi e ainda o Vereador Jovino Canaverde, de Toledo.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Registro também neste momento neste Plenário, a presença dos Prefeitos Geraldo Lacerda, de Lindoeste e Francisco Menim, de Santa Tereza do Oeste.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Devidamente registrado.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do Sr. Deputado João Iensen, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Nereu Alves de Moura, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Duílio Genari, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Geraldo Cartário, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Luiz Carlos Alborghetti, com apoio dos Srs. Deputados Algaci Túlio, Doutor Rosinha, Nilton Barbosa e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando votação em bloco para as Proposições nºs 70, 71, 72, 73 e 74/92. **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 070/92, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 161/92, de autoria do Tribunal de Justiça, que dispõe sobre a remuneração dos servidores do Poder Judiciário a partir de 1º de junho de 1992, tendo como limite a remuneração prevista no artigo XV da Lei nº 9937 de 20 de abril de 1992, sujeita às atualizações posteriores. COM RELATÓRIO DA C.C.J., CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT Nº 172/92

Curitiba, 02.06.92

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 192/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 161/92, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que a remuneração dos servidores do Poder Judiciário, a partir de 1º de junho de 1992, tem como limite a remuneração prevista no artigo XV, da Lei nº 9.937, de 20 de abril de 1992, sujeita às atualizações posteriores. O veto apostado incidirá sobre as disposições do Parágrafo Único, do art. 1º.

O acima mencionado Parágrafo Único do art. 1º, não mereceu acolhimento, tendo em vista que as disposições nele contidas, se adotadas, viriam retirar toda a eficácia do "caput", do mesmo artigo, tornando-o praticamente inócuo, uma vez que, com tal ressalva a norma não teria nenhum sentido e nem qualquer efeito prático.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 070/92

P A R E C E R:

Vetado pelo Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, o Projeto de Lei nº 161/92, de autoria do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, que dispõe

sobre a remuneração dos servidores do Poder Judiciário, a partir de 1º de junho de 1992, o veto atingiu apenas as emendas apresentadas, sendo que a Lei nº 10.020, sancionada e publicada no Diário Oficial de 03 de julho de 1992, está de acordo com o texto original encaminhada a este Poder Legislativo pelo autor do projeto, o egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, e de conformidade com o disposto na Constituição Estadual.

Assim, nada obsta a sua apreciação em Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 01.09.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

ARLINDO TROIAN - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 071/92, veto parcial apostado ao Projeto de Lei nº 173/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, que dispõe sobre os vencimentos dos Auditores e Procuradores junto ao Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 173/92

Curitiba, 02 de julho de 1992

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 195/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento da Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art.87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art.71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 173/92, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo fixar, conforme específica, os vencimentos básicos dos Auditores do Tribunal de Contas e dos Procuradores do Estado junto ao mesmo Tribunal, assim como adotar outras providências. O veto parcial apostado incidiu sobre o art.2º.

O mencionado art. 2º deixou de ser acolhido em função do entendimento de que as revisões de remuneração dos integrantes das referidas funções não devem ficar de nenhuma forma vinculadas a percentuais e épocas de vigência dos reajustes gerais do funcionalismo estadual, por que, pela forma como tal disposição vem colocada, constituiu-se vinculação não conveniente aos superiores interesses da Administração, isto também porque, há ocasiões em que o erário público somente permite melhorias diferenciadas, como, por exemplo, aquelas impostas por normas constitucionais, apenas à faixa do salário-mínimo.

Esses os motivos que me levaram a ve-

Curitiba, quarta, em 10.03.93

tar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

VETO PARCIAL N° 71/92, AO ART. 2º DO PROJETO DE LEI 173/92, ENVIADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO.

OFÍCIO: 173/92 do Gabinete do Governador

P A R E C E R:

Trata-se de recusa de sanção por parte do Poder Executivo, dentro do prazo legal, ao art.2º do Projeto em epígrafe que dispunha sobre vencimentos dos Auditores e Procuradores junto ao egrégio Tribunal de Contas do Estado.

Fundamentou o veto com base na faculdade constitucional (arts. 87, VII e 71, parágrafo 1º da Constituição Estadual), por julgá-lo contrário ao interesse público.

A matéria está em condições de ser submetida a apreciação do Plenário desta Casa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.92

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 078/92, Veto Parcial Apostado ao Projeto de Lei nº 166/92, de autoria do Tribunal de Contas, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 174/92

Curitiba, 02.07.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 193/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1º, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei nº 166/92, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo fixar, conforme específica, o vencimento básico dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, assim como adotar outras providências. O veto parcial apostado incidiu sobre as disposições do art. 2º.

O mencionado art. 2º deixou de ser acolhido em função do entendimento de que as revisões de remuneração dos integrantes

dos referidos cargos não devem ficar de nenhuma forma vinculadas à percentuais e épocas de vigência dos reajustes gerais do funcionalismo estadual, porque, pela forma como tal disposição vem colocada, constituiu-se vinculação não conveniente aos superiores interesses da Administração, isto também porque, há ocasiões que o erário público somente permite melhorias diferenciadas como, por exemplo, aquelas impostas por normas constitucionais, apenas à faixa do salário mínimo.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROPOSIÇÃO n° 072/92 VETO PARCIAL

P A R E C E R:

A presente proposição veta parcialmente o Projeto de Lei n° 166/92, de autoria do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, que dispõe sobre os vencimentos dos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado e dá outras providências, e que foi comunicada a esta Casa pelo Sr. Governador, através do Ofício DTL/SAT n° 174/92.

Procedida à análise constitucional e regimental da presente proposição, encontra-se a mesma dentro dos procedimentos e prazos estabelecidos, e da análise dos argumentos que o Sr. Governador expõe em suas razões, verificamos que os mesmos não tornam o Veto sem condições de ser apreciado.

Diante do exposto, a matéria encontra-se em condições de ser submetida à consideração do douto Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
EMILIA BELINATI - Relatora

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 073/92, Veto Parcial Aposto ao Projeto de Lei n° 192/92, de autoria da Procuradoria Geral da Justiça, que dispõe sobre os vencimentos dos membros do Ministério Público do Estado e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 175/92

Curitiba, 02.07.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 198/92, dessa Presidência, e

de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n° 192/92, por julgar as partes vetadas contrárias ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo fixar, conforme específica, os vencimentos básicos do Procurador Geral de Justiça, assim como adotar outras providências. O veto parcial aposto incidiu sobre o art. 4° e sobre o art. 6° e seu Parágrafo Único.

O mencionado art. 4° deixou de ser acolhido em função do entendimento de que as revisões de remuneração dos integrantes do Ministério Público não devem ficar de nenhuma forma vinculadas a percentuais e épocas de vigência dos reajustes gerais do funcionalismo estadual, porque, pela forma como tal disposição vem colocada, constituiu-se vinculação não conveniente aos superiores interesses da Administração, isto também porque, há ocasiões em que o erário público somente permite melhorias diferenciadas, como, por exemplo, aquelas impostas por normas constitucionais, apenas à faixa do salário-mínimo.

A negativa de sanção ao art. 6° e a seu parágrafo único devem-se ao fato da obscuridade da norma, eis que, a par da vedação de vinculação constante do "caput", estabelece, incoerentemente, outra forma de equiparação constitucionalmente vedada, qual seja a de Secretário de Estado com o Procurador Geral da Justiça.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa Colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO  
Governador do Estado

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

##### PROJETO DE LEI N° 192/92 PROPOSIÇÃO VETO N° 73/92

P A R E C E R:

O Veto Governamental ocorreu na observância dos prazos constitucionais, merecendo ser apreciado pelo Plenário deste Poder Legislativo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
OVÍDIO CONSTANTINO - Relator

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 074/92, Veto Parcial Aposto ao Projeto de Lei n° 167/92, de autoria do Tribunal de Contas,

que dispõe sobre os vencimentos do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J.. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N° 176/92

Curitiba, 02.07.92.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 194/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V.Exa. que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei, parcialmente, o Projeto de Lei n° 167/92, por julgar a parte vetada contrária ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Objetiva o autógrafo fixar, conforme especifica, o vencimento básico do Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e adotar outras providências. O veto parcial apostado incidu sobre as disposições do art. 2°.

O mencionado art. 2° deixou de ser acolhido em função do entendimento de que as revisões de remuneração dos integrantes dos referidos cargos não devem ficar de nenhuma forma vinculadas à percentuais e épocas de vigência dos reajustes gerais do funcionalismo estadual, porque, pela forma como tal disposição vem colocada, constitui-se vinculação não conveniente aos superiores interesses da Administração, isto também porque, há ocasiões em que o erário público somente permite melhorias diferenciadas, como, por exemplo, aquelas impostas por normas constitucionais, apenas à faixa do salário mínimo.

Esses os motivos que me levaram a vetar parcialmente o projeto de lei em epígrafe, cujas razões submeto à elevada consideração dessa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V.Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIAO  
Governador do Estado

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI N° 167/92

P A R E C E R:

Oriundo do Ofício n° DTL/SAT 176/92, expedido pelo Gabinete do Governador, chega a esta Comissão a Proposição de Veto n° 074/92, apostado ao projeto de lei em epígrafe, de autoria do Tribunal de Contas, que dispõe sobre os vencimentos do procurador Geral junto ao Tribunal de Contas e dá outras providências.

O veto foi apostado dentro do prazo regimental previsto, obedecendo todos os

Curitiba, quarta, em 10.03.93

trâmites legais.

Nestas condições, opinamos pelo encaminhamento e apreciação em plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES - Relator

Atendendo ao disposto pelo artigo, passaremos à votação da Ordem do Dia das proposições anunciadas, com exceção apenas da Proposição n° 41 que será votada em separado, de acordo com os entendimentos mantidos pela Liderança. Estarão em processo de votação os itens 2, 3, 4, 5 e 6 da pauta. Os Senhores Deputados que forem favoráveis a manutenção dos vetos deverão se manifestar votando com a cédula "SIM" e os que forem contrários à manutenção do veto deverão se manifestar utilizando a cédula "NÃO".

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados para que procedam à votação.

(É feita a chamada para votação).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - ...

Votaram quarenta e quatro Senhores Deputados.

Designo Comissão constituída pelos Deputados: Nilton Barbosa, Djalma de Almeida César e Cezar Silvestri para que processem o escrutínio da votação.

(Pausa)

A Mesa anuncia o resultado.

Quarenta e quatro Senhores Deputados votaram.

Um voto - em branco. Dez (10) votos "NÃO".

Trinta e três (33) votos "SIM".

Estão mantidos os vetos.

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição n° 041/92, Veto Apostado ao Projeto de Lei n° 282/91, de autoria dos Deputados Dr. Rosinha, Ernani Pudell e Ovídio Constantino, que dispõe incentivos à instalação de alimentos que fabriquem produtos pobres em proteínas, e dá outras providências. COM RELATÓRIO DA C.C.J. CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO EM PLENÁRIO.

OF/DTL/SAT N°56/92

Curitiba, 16 de abril de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício n° 036/92, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de Vossa Excelência que, usando da atribuição conferida pelo art. 87, inciso VII e na conformidade do disposto no § 1°, do art. 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei n° 282/91, por julgá-lo inconstitucional em razão dos motivos adiante expostos.

Visa o autógrafo autorizar o Poder

Executivo a isentar do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS, pelo período de dez anos, as indústrias de alimentos que fabricarem produtos pobres em proteínas destinados ao consumo de pessoas portadoras de Fenilcetonúria e Homocistinúria.

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de parecer expedido pela Secretaria de Estado da Fazenda que, analisando a matéria, asseverou:

"O presente projeto padece de flagrante inconstitucionalidade, haja vista que os Estados somente podem conceder isenção do ICMS após prévia aprovação da matéria no CONFAZ, onde celebram-se os Convênios necessários para a implementação de quaisquer benefícios fiscais, de acordo com o disposto no art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal e no artigo 1º da Lei Complementar 24, de 7 de janeiro de 1975, que prevê:

"Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de Convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta lei."

Ademais, resultado do art. 2º da Lei 9.895, de 8 de janeiro de 1992, já em fase final de regulamentação pela Secretaria da Fazenda, estão sendo definidos os critérios de incentivo relacionados ao ICMS na instalação ou ampliação de projetos industriais no território paranaense.

Por isso, além da dificuldade intrinseca quanto ao aspecto constitucional, o presente projeto envolve matéria que, em parte, será objeto de breve regulamentação."

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Assembléia Legislativa Estadual.

Valho-me do ensejo para apresentar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 282/91, foi publ. no D.A. nº 79, de 27.06.91.)

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROPOSIÇÃO DE VETO Nº 41

PROJETO DE LEI Nº 282/92

P A R E C E R:

Em análise à proposição do Veto ao Projeto de Lei nº 282/91 destacamos que a condição autorizatória deste afasta qualquer vício de inconstitucionalidade, merecendo ter sido sancionado pelo Chefe do Poder Executivo.

Interposto o veto dentro dos prazos legais, o mesmo não apresenta óbices à sua apreciação pelo Plenário desta Assembléia

Legislativa do Paraná.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 12.05.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

PAULO MAIA - Relator

Em votação.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados, eu serei breve, mas eu queria chamar a atenção para uma questão bastante simples. O projeto foi vetado em função do Artigo 1º. O Artigo 1º é meramente autorizatório. Não é um artigo obrigatório, o que tira qualquer ato de dizer que é inconstitucional tal projeto. Os Artigos 2º e 3º, se nós olharmos e lermos atentamente as razões do veto feito pelo Senhor Governador não chega a comentar em nenhum momento. Portanto, em função do teor social deste Projeto, conclamo aos Senhores Deputados a derrubar este Veto. Uma vez que o Artigo 1º, por ser autorizatório, o Governador pode colocá-lo em prática ou não. O Artigo 2º e 3º, que têm importâncias extraordinárias, o Governador não questionou a sua legalidade e a sua constitucionalidade. Até não sei porque o Governador não vetou só o Artigo 1º. Ele poderia ter feito isto.

O Projeto diz respeito às crianças portadoras de fenilcetonúria, doença esta que tem como único tratamento uma alimentação pobre em proteína. Tem que ser importado o tal medicamento. Existem inúmeras crianças de famílias pobres que não têm como importar. Para lembrar aos Senhores Deputados, é aquela doença que é detectada pelo teste do pezinho. Se feito o teste e a criança começar a se alimentar com alimento pobre em proteína no que faz o diagnóstico, jamais terá problemas de crescimento físico e mental. Senão, terá este problema.

Então, é neste sentido que apresentamos este Projeto, para evitar que passemos a criar em nosso Estado, crianças portadoras de deficiências por uma simples razão do preço da alimentação. E o Senhor Governador não teve a sensibilidade de Vetar só o Artigo 1º em que relata ser ele inconstitucional. Se tivesse feito isto, manteríamos o Veto. Por isto, conclamo aos Senhores Deputados para derrubarmos este Veto pela importância do Projeto. Inclusive diz: "O presente Projeto padece de flagrante inconstitucionalidade, haja vista que os Estados somente podem conceder isenção do ICMS após prévia aprovação da matéria no CONFAZ...". E a matéria no CONFAZ, no Art. 1º, simplesmente dá o poder para ele solicitar esta autorização ao CONFAZ. Mas não obrigamos isso.

Então, neste sentido, conclamo os Senhores Deputados para derrubar este Veto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito ao Senhor 1º Secretário que proceda á chamada nominal...

O SR. RENATO ADUR - Para encaminhar a votação, tem a palavra o Deputado Renato Adur.

O SR. RENATO ADUR - Disse o nobre Deputado Rosinha, que o próprio Governador não alegou inconstitucionalidade neste Projeto.

Nós analisamos profundamente este Projeto do Deputado Rosinha e entendemos que o Projeto é um Projeto interessante, tem fundamento, é bem preparado.

Entretanto, realmente ele esbarra na constitucionalidade.

Nós temos aqui, como justificativa de S.Exa., o Governador para o Veto deste Projeto.

(Lê):

"O presente Projeto padece de flagrante inconstitucionalidade, haja vista que os Estados somente podem conceder isenção do ICMS após prévia aprovação da matéria no CONFAZ, onde celebram-se os Convênios necessários para a implementação de quaisquer benefícios fiscais, de acordo com o disposto no art. 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal e no artigo 1º da Lei Complementar 24, de 7 de janeiro de 1975, que prevê:

"Art. 1º - As isenções do imposto sobre operações relativas à circulação de mercadorias serão concedidas ou revogadas nos termos de Convênios celebrados e ratificados pelos Estados e pelo Distrito Federal, segundo esta Lei."

Ademais, resultado do art. 2º da Lei 9.895, de 8 de janeiro de 1992, já em fase final de regulamentação pela Secretaria da Fazenda, estão sendo definidos os critérios de incentivo relacionados ao ICMS na instalação ou ampliação de projetos industriais no território paranaense".

De maneira que, Sr. Presidente, entendemos perfeitamente e não temos nada contra o Projeto do Deputado Rosinha.

Entretanto, esta questão da inconstitucionalidade em razão do problema da decisão do CONFAZ e também em razão desta regulamentação que está sendo feita para estes incentivos, nós sugeríamos ao Deputado Rosinha que pudesse, através de uma proposição ou coisa parecida, também encaminhar ao Governo do Estado que será bem recebido.

Muito obrigado!

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO (Para Encaminhar)

- Sr. Presidente e Srs. Deputados, o nobre Líder do PMDB acaba de confirmar a todos que é um Projeto de altíssima importância, que é um Projeto relevante, muito

importante, ele frisa.

O Dr. Rosinha já explicou: o Projeto tem por objetivo isentar de impostos indústrias que possivelmente venham a se estabelecer no Paraná, para produzir alimentos sem proteínas. E que estes alimentos não existem no País. Terão que ser importados. São alimentos para salvar vidas. Vidas, como exposto aqui, de uma doença descoberta ao nascer a criança, em todas as crianças são feitos estes testes, ela salvará vidas, pois as crianças poderão crescer com deficiências ou problemas físicos.

A inconstitucionalidade, abordada aqui pelo Veto do Governador, do meu ponto de vista não tem fundamento. O Projeto é autorizatório ao Governador do Estado, que lhe dá o direito de consultar o CONFAZ. Se o CONFAZ disser que realmente não pode, ele tem o direito. Isto está expresso no Projeto.

Portanto, a Comissão de Justiça desta Casa, da qual eu fazia parte, na época, deu Parecer favorável. Declarou a constitucionalidade do Projeto. Ao mesmo tempo em que solicitou, diante da importância e da necessidade de conhecimentos sobre a questão, solicitou informações, devolveu o Projeto ao autor, solicitando informações, em função da relevância do Projeto.

Os autores do Projeto encaminharam à Comissão de Justiça diversas informações. A Comissão de Justiça, por unanimidade, deu por aprovada a constitucionalidade, e também a importância do Projeto.

Eu discordo, portanto, da forma pela qual foi colocado, aqui: flagrante inconstitucionalidade. Então, a nossa Comissão de Justiça, todos os Deputados, estavam de olhos fechados, ou fora de suas atividades normais ou não sei o que se fazia. Quinze Deputados estavam presentes, da Comissão de Justiça, quando este Parecer foi aprovado.

Não se questiona, exclusivamente, isto. Mas, sim, a importância, o mérito do Projeto, que poderá salvar muitas vidas. E, realmente, não obriga o Governador a realizar tal obra ou tal ato, se não tiver a aprovação do CONFAZ, como o próprio Projeto lhe dá esta autorização.

Portanto, nós entendemos que poderemos estar, aqui, mantendo o veto, que poderá trazer prejuízos ao nosso Estado e a muitas pessoas, que não terão condições de importar, de pagar caríssimo estes alimentos, que poderia se fabricar aqui no Paraná, inclusive para o País. E, assim, o nosso Estado ser engrandecido com isto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Senhor 1º Secretário procederá a chamada

nominal dos Senhores Deputados.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Júlio Bifon) - (Procede a chamada nominal dos Senhores Deputados).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Designo uma Comissão composta pelos Deputados: Luiz Carlos Alborghetti, Algaci Túlio e Élio Rusch para proceder ao escrutínio da votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Votaram 42 Senhores Deputados. Resultado 24 SIM, 17 NÃO e 1 BRANCO.  
Está mantido o veto.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, requerimento nº 273 de autoria dos Senhores Deputados Luiz Carlos Alborghetti, Nereu Alves Moura, Antônio Annibelli e demais Senhores Deputados, constante do expediente. Em discussão.

O SR. DOUTOR ROSINHA (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 267, de autoria do Senhor Deputado Neivo Beraldin, com apoio dos Senhores Deputados Algaci Túlio, Cleiton Kielse, Lourenço Fregonese e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 248 e 249, de autoria do Senhor Deputado João Preis, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 260, de autoria do Senhor Deputado Lourenço Fregonese, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 259, de autoria da Senhora Deputada Emilia Belinati, com apoio dos Senhores Deputados Ovídio Constantino, Mário Bezerra, Colombino Grassano e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.**

A SRA. EMILIA BELINATI (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"A presente proposição, visa cobrar do Governo Estadual solução para o problema que os professores paranaenses vêm enfrentando quanto a definição da concessão de suas aposentadorias especiais. Ocorre que no ano passado, diante de mais de 400 pedidos de concessão dessas aposentadorias, a Secretaria de Administração solicitou à Procuradoria Geral do Estado esclarecimen-

tos quanto a correta definição do que seja "efetivo exercício em funções magisteriais".

No mês de outubro daquele ano, foi respondido o consultado através do Parecer nº 207/92, esclarecendo todas as situações levantadas, lembrando ainda que dez anos atrás, a mesma questão era discutida, sendo que um parecer da mesma Procuradoria já dava solução para as mesmas questões.

Ainda que diante desses idênticos entendimentos, que consideramos muito bem fundamentados e definidos da matéria, o Governo Estadual mantém os processos parados e os professores sem definição de sua situação.

Sem entrarmos na vinculação de um Parecer da PGE às decisões da Administração Pública, insistimos que o problema deve ser solucionado, pois se não for assim o magistério público paranaense nunca terá uma definitiva solução para a questão das aposentadorias especiais.

Acatar o Parecer nº 207/92-PGE é decisão essencial e urgente."

(Termina de ler).

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação.

**Aprovado.**

Requerimentos nºs 257, 258, 256, 254 e 255, de autoria do Senhor Deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 263 e 261, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 252, de autoria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 270, de autoria dos Senhores Deputados Severino Félix, Renato Adur, Hermas Brandão e demais Senhores Deputados, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 274, de autoria do Senhor Deputado Colombino Grassano, constante do expediente. **Aprovado.**

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, quero registrar o voto contrário da Bancada do PT, pela seguinte razão: há cerca de 2 anos atrás, o BRADESCO desenvolveu uma campanha de demissão em massa dos trabalhadores bancários daquela instituição.

Além disso ocorreu também uma série de perseguições aos líderes sindicais, e ocorre até hoje, que são funcionários daquela instituição e que lutam junto aos sindicatos de trabalhadores, sendo quase sempre colocados em disponibilidade e quando não, as vezes, sendo demitidos e



tendo de ganhar a sua estabilidade na Justiça. E também pelos baixos salários que aquela instituição paga àqueles trabalhadores.

Estas são as razões que nos levam a votar contrário, queremos que fique registrado nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está registrado o voto contrário do PT.

Requerimento nº 275, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 251, de autoria do Senhor Deputado Doutor Rosinha, constante do expediente. **Em discussão.**

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Para discutir, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Adia-se a discussão para a próxima sessão, na forma do Artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 262, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 253, de autoria do Senhor Deputado Mário Bezerra, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 276, de autoria do Senhor Deputado Algaci Túlio, constante do expediente. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 264, de autoria do Senhor Deputado Oswaldo Trevisan, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Antes de encerrarmos a presente Sessão, iremos responder a duas Questões de Ordem, formuladas pelo PT. A primeira delas requer o cumprimento do Artigo 94. (Le): "Resposta à questão de ordem formulada pela Bancada do PT, em data de 03 de março de 1993, protocolada sob nº 0152.

Os Deputados do PT, através de questão de ordem, exigem o cumprimento do Art. 94, § 1º, do Regimento Interno, alegando o desrespeito a tal norma durante a presente Legislativa.

Passo a decidir: esta Presidência não entende como procedente a questão de ordem ora formulada, tendo em vista precocidade da avaliação que embasa o referido questionamento, ao tempo em que considera que, não existindo disposições regimentais em contrário, todas as matérias apropriada-

mente relatadas e em condições de entrar na Ordem do Dia poderão passar pela pauta. Registre-se a decisão.

Sala das Sessões, em 09.03.93.

(a) DEPUTADO ORLANDO PESSUTI  
Presidente

O SR. NEREU MOURA - Pela Ordem, Senhor Presidente?

(Assentimento).

Eu quero registrar a presença nesta Sessão de hoje, do Ilustre, Ex-Deputado e Presidente desta Casa, Deputado Nilso Sguarezi, representante da Região Sudoeste do Paraná e que nos honra muito com a sua presença neste Plenário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa se soma a Vossa Excelência no que diz respeito a presença anunciada.

Resposta à Questão de Ordem.

(Le): "Resposta à questão de ordem formulada pela Bancada do PT, em data de 03 de março de 1993, protocolada sob o nº 0153.

Os Deputados do PT, através de questão de ordem, exigem o cumprimento do art. 13, do Regimento Interno, alegando o desrespeito a tal norma, quando a Mesa acatou a constituição de um bloco parlamentar independente. Alegam ainda infringência do caput do referido artigo e do parágrafo único do Art. 14 do Regimento Interno e, ainda, da inconstitucionalidade do ato, face à disposição do Art. 62, da Constituição Estadual.

Passo a decidir: o Bloco Parlamentar Independente foi constituído mediante o requerimento apresentado por sete (07) Senhores Deputados, sob o nº 2.162, que mereceu despacho da Presidência considerando-o como recebido e declarando constituído o Bloco Parlamentar, em data de 12 de janeiro do corrente ano, sendo tudo devidamente publicado no Diário da Assembléia nº 202, da mesma data citada.

Não merecendo o ato ora inquinado de ilegal qualquer reparo oportuno, entende esta Presidência em considerá-lo perfeito, declarando portanto a questão de ordem como improcedente, por versar matéria vencida.

Registre-se a decisão.

Sala das Sessões, em 09.03.93.

(a) DEPUTADO ORLANDO PESSUTI  
Presidente"

O SR. DR. ROSINHA - Senhor Presidente, pela ordem.

(Assentimento).

O artigo 13 do Regimento Interno reza, as representações de dois ou mais Partidos, por deliberação das respectivas Bancadas, poderão constituir Blocos Parlamentares sob liderança comum. Representações

de dois ou mais Partidos. O Bloco Parlamentar Independente é constituído por quantos Partidos?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Respondendo Vossa Excelência citando o artigo 104 do Regimento: "Todas as dúvidas sobre a interpretação deste Regimento na sua prática constituir-se-ão em questões de ordem. Todas as questões de ordem, claramente formuladas, serão resolvidas definitivamente pelo Presidente da Assembléia".

Está decidida a questão de Ordem de Vossa Excelência.

O SR. DR. ROSINHA - (Pela Ordem) - O artigo 13 não está sendo cumprido pela Mesa. E diz o artigo 14 que quando há qualquer interpretação deste Regimento, que se

leve à Mesa. A dúvida é a seguinte: quantos Blocos, quantos Partidos constituem o Bloco Parlamentar de acordo com o artigo 13 do Regimento Interno?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Mesa já decidiu a questão de ordem.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 11, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n.ºs: 059/92, 075/92, 097/92, 098/92, 099/92 e 103/92.

Levanta-se a sessão.